



PARANÁ
2022

CARLOS MASSA
RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR VICE: DARCI PIANA



Caros amigos,

O mundo está mudando. O Paraná também precisa mudar. Afinal, estamos falando de uma terra de oportunidades, com um grande potencial transformador.

Para me preparar para governar este Estado estudei muito e viajei a vários países, para conhecer novas soluções e realidades. O mundo atual está conectado. Não podemos viver numa bolha. Temos que conhecer o que existe de novo para melhorar a nossa vida.

Empresarialmente, aprendi a valorizar pontos fundamentais: disciplina, planejamento, inovação. Mas não adianta o cidadão querer crescer se o modelo político mantém aquela fórmula antiga e falida que o Brasil inteiro já viu que não funciona. Nós somos uma geração que exige resultados. Muito da minha motivação quanto entrei na vida pública veio daí: não podemos tirar do trabalhador e do empresário o direito de sonhar e de realizar.

A política deve estar a serviço dos que querem fazer. Como deputado, federal e estadual, sempre trabalhei em prol do que é justo, a favor do Paraná. Fui Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano e, na minha gestão, entreguei o maior número de obras da história do Paraná. Sem nenhuma obra investigada pelo Ministério Público, nem pelo Tribunal de Contas do Estado. Minha vida inteira foi feita de trabalho e resultado. Eu sei que chegou a hora de fazer muito mais. Eu quero fazer o que nenhum político teve coragem de fazer antes: acabar com os privilégios da velha política.

Quero que o paranaense trabalhe feliz e orgulhoso. Para alcançar esse objetivo, juntei os melhores profissionais das mais diversas áreas, que se dedicaram com afinco a criar, junto comigo, um Plano de Governo com projetos viáveis e eficazes. Novas soluções para velhos problemas. Sempre dando prioridade ao que é vital para acabar com as desigualdades: saúde, educação, segurança, infraestrutura.

Chegou a hora do Paraná dar um salto. De romper de vez com os vícios do passado. Não podemos mais esperar por essa mudança: temos que fazê-la juntos. Nós mesmos. Não no futuro: fazer hoje. Chegou a hora de mudar, Paraná.





PENSAR
ESTRATEGICAMENTE
AGIR
DEMOCRATICAMENTE



Introdução

O propósito deste plano é nortear as políticas e ações do Governo Ratinho Junior. Ele foi desenhado para garantir que a força-motriz da sua gestão será inspirada em pensar estrategicamente e agir democraticamente. Um projeto que não estabelece o Estado Máximo, nem o Estado Mínimo, mas o Estado Necessário na medida exata para atender as demandas da população sem abrir mão da ética, do respeito e da transparência. Desde o início de sua construção, este trabalho sinaliza que a unidade de um governo pode ser construída pela negociação e conciliação. Pautado pela busca do interesse público como um bem compartilhado por todos.

A construção de uma ideia inovadora de governar

Este plano foi construído ao longo dos últimos meses, com a contribuição da sociedade civil organizada, representada pelas federações, associações da agricultura e indústria e comércio, sindicatos rurais, instituições de ensino, lideranças comunitárias, autoridades religiosas e dirigentes municipais de todo o Paraná. Foi notável a participação voluntária e individual de centenas de especialistas dos mais variados segmentos.

Com a presença do candidato Ratinho Junior, em boa parte dos encontros, foram realizadas dezenas de reuniões, denominadas Espaço Democrático, em cada uma das microrregiões do Estado.

Os cidadãos foram ouvidos e tiveram a oportunidade de discorrer sobre a situação dos seus municípios e regiões.

Em seguida, foram elencadas as propostas para a solução dos problemas relatados, avaliando-se a viabilidade e efetividade, e registradas para fazer parte deste plano.

O candidato Ratinho Junior percorreu grande parte dos municípios do Paraná. Teve a oportunidade de conhecer novas práticas e as melhores soluções em áreas prioritárias: educação, saúde, segurança, produção agrícola, industrial, de serviços, infraestrutura, entre outras, no Brasil e no exterior.

Ao mesmo tempo, formaram-se vários grupos de trabalho temáticos, que envolveram, ao todo, mais de 300 pessoas. Instituições de ensino e pesquisa contribuíram por meio de inúmeros especialistas nas mais diversas áreas do saber. Foram analisados dados e informações sobre o quadro atual do Estado, e ao final, apresentadas propostas inovadoras para a solução de problemas complexos.

Pessoas com experiência em instâncias do executivo, legislativo e judiciário, cederam os seus conhecimentos da prática governamental, e contribuíram com propostas consistentes capazes de posicionar o Paraná como Estado líder em desenvolvimento social e econômico.

As proposições, embora não esgotem as demandas, destacam-se pela convergência de finalidade e pela emergência de resultados necessários.

O plano concretizado visa especialmente atender a encomenda do candidato Ratinho Junior: que conduza a um governo organizado e descomplicado. Que apresente os elementos fundamentais para transformar o Paraná em sinônimo de Estado inovador e líder na solução das questões que preocupam a sociedade.

Que tenha sido construído por meio do diálogo e do respeito à diversidade de opiniões. Que tenha ouvido os anseios das pessoas. Que seja simples e dinâmico.

O governador e o seu papel de líder

Este plano oferece ao governador as condições de exercer o seu papel de principal responsável pela condução do diálogo com as pessoas, a sociedade civil organizada, as instituições públicas, o legislativo e o judiciário e as entidades federais e municipais. Como líder, Ratinho Junior será aquele que levará e defenderá os projetos estratégicos do Paraná nos gabinetes dos ministérios, no Congresso Nacional e nos organismos internacionais de investimento e financiamento.

Um governador que agirá como estadista, capaz de apresentar soluções para o presente, ao mesmo tempo em que dará início aos projetos de longo prazo, que serão entregues às futuras gerações.

São propostas para elevar a qualidade de vida dos paranaenses, que vão além de atender às necessidades básicas, mas promovem as oportunidades, respeitam as vocações e os arranjos regionais. Criam um ambiente organizado e estimulante para as atividades econômicas que geram emprego e renda. Potencializam os resultados das iniciativas públicas e privadas, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Um governo fundamentado em princípios éticos

Este plano expressa os princípios que vão alicerçar o Governo Ratinho Junior. Um governo que será orientado pela ética e pelas relações honestas entre o Estado, o cidadão, as empresas e as instituições.

Uma gestão na qual não haverá espaço para o nepotismo, apenas para a competência, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Princípios que guiarão os agentes públicos, profissionais capacitados e comprometidos com integridade, transparência e proteção do interesse público.

São conceitos que orientarão as decisões de Estado e levarão em conta o impacto que estas decisões irão causar sobre as próximas gerações.

A prestação dos serviços públicos será definida por regras claras e amplamente divulgadas, com espaço para ampla participação dos paranaenses.

As propostas registradas neste plano fundamentam-se na inovação em todas as suas vertentes: métodos, processos, técnicas, serviços e produtos, e no relacionamento entre o governo e o cidadão.

Transparência para o cidadão fiscalizar as ações do Governo

Este princípio irá perpassar todas as ações governamentais. A principal ferramenta da transparência será a tecnologia, que permitirá ao cidadão e às entidades representativas da sociedade, acompanhar e participar das ações do governo.

O Portal da Transparência será ajustado para melhor prestação de contas. Esta readequação terá a participação conjunta das instituições do Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e da população. Deverá ficar mais descomplicado, simples, claro, objetivo e proporcionar uma navegação amigável. O portal será continuamente atualizado em todas as áreas e terá o suporte das ferramentas mais atuais, irá interagir com o cidadão e estará disponível em várias plataformas, principalmente, por meio de aplicativos para smartphones.

A facilidade de uso e a simplicidade também serão levadas às ferramentas de governo digital, seja para a abertura e manutenção de empresas, emissão de certidões, licenças ambientais, de regularidade e outras.

A ideia é que o Estado deixe de criar obstáculos para o empresário, colaborando para o sucesso dos empreendimentos e gerando um ambiente favorável aos negócios.

Novo paradigma de gestão com a participação da sociedade

O plano de Governo Ratinho Junior quer estabelecer um novo paradigma, que tenha a sociedade civil organizada como aliada e como parceira, isto é, como coprodutora dos serviços públicos e da construção do bem comum. Que torne possível atender aos anseios do cidadão paranaense com uma gestão pública do século XXI. Um projeto de governo que leve ao Estado Necessário, condição fundamental para uma vida digna e justa, sob a premissa de que o cidadão faz parte de uma sociedade articulada na qual os serviços públicos resultam do diálogo, do envolvimento e da participação.

Valoriza as pessoas, sob a premissa de que o Estado deve estar sempre a serviço do cidadão, pois a parceria entre o Estado e a sociedade produz resultados muito mais relevantes.

Caberá à administração pública, orientar, regular, coordenar e facilitar a produção dos serviços, assim como a cooperação entre os entes de uma rede que interligará as instituições públicas e privadas e pessoas.

Integridade e Compliance: a importância da honestidade e da ética

Serão instituídas políticas públicas que privilegiem o valor da honestidade. Seguindo as diretrizes legais, este plano propõe ações para a proteção da sociedade nas suas relações com o Estado. A valorização da cultura de integridade será exigida em todas as áreas do Governo e de seus prestadores de serviços.

A implantação de um Programa de Integridade e Compliance irá fortalecer e modernizar a governança pública.

Serão criados mecanismos de controle mais eficazes e revisados os códigos de conduta dos agentes públicos e da alta administração do Estado.

Governança: uma gestão moderna e compartilhada

O governo vai estabelecer uma política de metas e resultados para os gestores públicos, profissionais com notória capacidade técnica e política, que implementarão modelos de gestão colaborativa entre o governo e a sociedade.

Esta governança, dotada de mecanismos de excelência administrativa e de valorização do cidadão, evitará as práticas irregulares e combaterá a manutenção de privilégios corporativistas. Em síntese, um governo eficaz, capaz de priorizar as necessidades a serem atendidas. Que trabalhe em conjunto com a sociedade e estabeleça a confiança necessária para a construção de um Paraná Inovador.

Parcerias e Concessões para garantir os investimentos necessários

Para ampliar a credibilidade e a parceria entre o governo e o setor produtivo serão tomadas as medidas necessárias para o estabelecimento de marcos jurídicos que garantam segurança nesta relação.

A confiança favorecerá parcerias para a execução dos grandes projetos essenciais para o desenvolvimento do Paraná. Estimulará as empresas alocarem o investimento, conhecimento, as práticas de gestão ágeis e modernas.

As concessões e, especialmente, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), serão instrumentos relevantes para que o setor privado financie, construa e gerencie projetos de infraestrutura, e ainda preste outros serviços com qualidade e preço justo.

Caberá ao Estado regular e controlar os contratos de concessões ou PPPs por meio de cláusulas relativas a metas de qualidade atreladas à remuneração, de forma que o investimento possa oferecer o retorno adequado, e que o Estado tenha condição de acompanhar e realinhar a execução destes contratos ao longo do tempo. Serão estabelecidas disposições para a renegociação dos contratos, sempre que necessário, ajustando a remuneração à realidade da prestação dos serviços para garantir ao investidor o retorno financeiro, e ao governo, a adequação de tarifas e o ajuste das especificações técnicas. Indicadores estabelecidos no contrato de PPPs vão obrigar a empresa contratada a entregar o melhor serviço possível, com maior eficiência e a custos mais baixos para os usuários e o Estado.

Deu-se ênfase ao conceito de que a PPP permite que diversas etapas, como a elaboração do projeto, a realização da obra e a sua manutenção, estejam integradas sob a responsabilidade da mesma empresa, o que proporciona mais facilidade de fiscalização das regras dos contratos, assegurando mais rapidez e eficiência na entrega dos serviços.

Delegar serviços públicos que podem ser desempenhados com maior eficiência e qualidade por empresas privadas não significa enfraquecer o Estado, desde que este seja o elemento regulador desta delegação, pois ela sempre virá acompanhada do seu fortalecimento.

O Estado deixa de ser o executor para ser aquele que fiscaliza e regula. Reduz-se o seu tamanho e amplia-se a sua presença a partir de estruturas enxutas, voltadas para assegurar a qualidade e a eficiência do serviço entregue ao cidadão.

Todos os contratos de concessão e de PPPs serão públicos e transparentes, sob o crivo de consultas públicas sobre os seus termos, com pleno acesso às informações dos custos, o que permite avaliar a relação de custo-benefício para cada concessão.

Banco de Projetos Estratégicos

Para levantar os recursos necessários à realização de projetos estratégicos será fundamental contar com propostas bem estruturadas. Isto porque investidores procuram boas oportunidades desde que reconheçam garantias de retorno.

Assim, haverá um banco de projetos que reunirá os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de interesse do Estado e dos municípios.

A provisão de recursos necessários para a contratação dos estudos virá de um fundo de projetos, formado com recursos do Estado e de outras instituições. Este fundo contará com governança específica e será gerido pelo poder público, em conjunto com representantes de entidades da sociedade civil.

Novo modelo para a Agência Reguladora

A Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) será ajustada para refletir a gestão inovadora do Governo Ratinho Junior. Metodologias, sistemas e fiscalização serão aprimorados. Será estabelecida uma estrutura enxuta, com alta especialização técnica na regulação dos setores concessionados, na fiscalização e supervisão de contratos, os quais conterão regras claras para garantia de segurança jurídica.

A AGEPAR terá como missão garantir a qualidade e eficiência da prestação dos serviços regulados e concessionados. Uma nova instância para o usuário reivindicar seus direitos. Uma entidade independente, tecnicamente preparada e com poder de fiscalização e controle, que irá inibir ilícitos prejudiciais à sociedade.

Crescimento sustentável alicerçado em princípios éticos

Não basta simplesmente mudar os métodos e processos governamentais antigos.

É preciso garantir o desenvolvimento sustentável nos seus pilares: social, ambiental e econômico, assim como nas questões institucionais e culturais.

Sendo sustentável, o crescimento econômico assegura oportunidades para todos sem comprometer os recursos naturais.

Investimentos, desenvolvimento tecnológico e mudança institucional irão ampliar o potencial do Paraná, de modo que o Estado possa atender às aspirações das futuras gerações.

Segurança Energética: um escudo de proteção do sistema energético

É na falta da energia que se tem a noção exata do grau de vulnerabilidade das atividades que dependem dela. As oscilações frequentes no fornecimento de energia elétrica nas pontas de linhas de distribuição, isto é, nas zonas mais distantes dos grandes centros urbanos e na zona rural dos municípios, compromete o desenvolvimento econômico. Está na hora de romper com a sujeição atual imposta aos paranaenses.

Para enfrentar acontecimentos imprevistos, como paralisações, apagões, oscilações no suprimento de energia elétrica e de combustível, serão utilizados os recursos renováveis existentes em nosso território, como o sol, o vento, o biogás, a biomassa, o biodiesel, o etanol, em uma ação articulada de Estado.

Esta nova política de Segurança Energética contará com normas regulatórias concebidas de acordo com a legislação federal vigente.

Serão identificadas no território paranaense as regiões homogêneas com fontes renováveis, com prioridade para a fonte solar fotovoltaica e o biogás, que refinado produz biometano. O Estado estimulará a conversão de veículos para uso de biometano, que se comporta de forma idêntica ao GNV. O biometano é o combustível produzido na fazenda, para uso na fazenda. Para aumentar a segurança energética será incentivada a geração de energia eólica, de grande e pequeno porte, nas regiões de ventos favoráveis, além da biomassa vegetal resultante de resíduos de madeira em localidades de altas concentrações de reflorestamentos e produção desses materiais. Também serão encorajados os micro potenciais hidráulicos das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), sem que ofereçam prejuízo aos regimes hídricos.

As microrredes irão reforçar o grande sistema de energia onde são registradas, com frequência, quedas no suprimento de energia elétrica. Poderão contar com a participação na geração de consumidores e produtores, conectados à rede principal de distribuição, visando complementar e estabilizar o fornecimento de energia em regiões críticas.

Serão estabelecidos incentivos à cadeia de produção e abastecimento regional de etanol, biodiesel e biometano, assim como às indústrias montadoras de veículos e equipamentos agrícolas que utilizam estes produtos, bem como às indústrias que desenvolvem equipamentos de conversão de motores e as empresas dedicadas a esta conversão. Também serão desenvolvidos projetos de uso eficiente da energia elétrica nas instituições públicas, como referência para a sociedade. Com estas ações ocorrerá melhor abastecimento de energia elétrica e de combustível, com menos possibilidades de rupturas no fluxo dos recursos energéticos.

A proposta irá favorecer a maior utilização das energias renováveis e compatibilizar o desenvolvimento com a proteção do ambiente, além da redução das emissões de gases com efeito estufa, favorecendo o crescimento sustentável do Estado do Paraná.

Visão Estratégica

Definidos os princípios, estabelecidos os eixos estruturantes e orientadores das ações de governo, delineado o modo de conduzir a gestão pública, o plano de governo apresenta a visão estratégica de Ratinho Junior, para o enfrentamento dos grandes desafios e condução ao desenvolvimento social e econômico do Paraná.

Desenvolvimento Regional ancorado nos Ecossistemas de Inovação

Os municípios serão os grandes parceiros do governo estadual na implantação de uma política de desenvolvimento regional para geração de riqueza e crescimento sustentável. A ideia central é atrair, gerar, reter e fomentar a criatividade, o conhecimento e a inovação.

Será prioridade o fortalecimento e criação de ambientes que oportunizem a integração entre governo, empresas, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, agências de fomento e organizações da sociedade civil.

O governo irá contribuir para a implantação de infraestrutura adequada por meio da oferta de logística, energia, saneamento, qualidade de vida e arranjos institucionais e culturais, para atrair empreendedores e investimentos, favorecer o desenvolvimento de parques científicos e tecnológicos, distritos de inovação e de polos tecnológicos. Um suporte para gerar empresas com diferenciais tecnológicos, aptas a superar os desafios sociais e ambientais contemporâneos. Serão apoiadas as iniciativas que transformem ideias em empreendimentos de sucesso, como as incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios de produtos e processos.

A consequência desta estratégia é, também, a criação de um círculo virtuoso com o sistema público e privado de educação, para atender a necessidade de formação adequada, com oferta de cursos para suprir a demanda de profissionais adequados à vocação de cada região. Profissionais mais preparados e empresas mais competitivas significam emprego e renda.

Desenvolvimento social

O Governo Ratinho Junior vai desenvolver políticas públicas que proporcionem igualdade de oportunidades na conquista de uma melhor qualidade de vida. Serão desenvolvidos programas de proteção social e de inclusão, diminuindo a quantidade de pessoas em condições de pobreza e vulnerabilidade social.

Será dedicada atenção ao capital humano e ao capital social do Paraná. No que se refere ao capital humano, o objetivo é reduzir a insegurança e a desigualdade e ofertar acesso à saúde, educação, habitação, emprego e renda.

A promoção do capital social ocorrerá com o aprimoramento dos mecanismos de suporte às instituições públicas e privadas de proteção social, com apoio financeiro e ênfase na capacitação técnica e gerencial para que possam gerir melhor os seus recursos.

Especial atenção será dada à capacitação técnica profissional dos funcionários públicos e equipes multidisciplinares que trabalham com as famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O futuro é das crianças

Serão desenvolvidos programas que visem a assistência às crianças nos seus primeiros 1 mil dias de vida, período vital para o desenvolvimento das funções cognitivas, habilidades e competências.

As famílias e a sociedade serão sensibilizadas da importância de se criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil, desde a concepção, que irão garantir um futuro melhor. Quanto mais preparadas, mais condições as pessoas terão para perceber a relevância desta etapa da vida e entender que além dos pais, todos são responsáveis pelo desenvolvimento de um novo cidadão.

Uma juventude preparada para crescer junto com o Paraná

Serão promovidas ações para garantir que o jovem ocupe o seu devido espaço na sociedade, pois cabe ao governo realizar os esforços necessários para que a juventude viva em segurança, estude, cresça e se prepare para a vida e o mundo do trabalho. Cabe também garantir uma educação consistente, quer seja acadêmica ou técnico-profissional, respeitando as necessidades do aluno.

Um dos projetos de Ratinho Junior é a utilização dos prédios das escolas pela comunidade, nos contraturnos e nos finais de semana, de forma organizada e segura, conforme prevê o plano de governo. A escola também se transformará em um ambiente saudável para crianças e jovens interagirem com suas famílias.

Serão apoiados projetos de formação para jovens e fortalecido o Programa Jovem Aprendiz em parceria com os municípios, empresas e instituições formadoras e mediadoras, com a finalidade de inclusão social e empregabilidade.

Serão desenvolvidas oportunidades para evidenciar o protagonismo juvenil por meio do fortalecimento das organizações estudantis, e com especial atenção à oferta de educação em período integral, cultura, esporte e lazer. Otimizados os programas de prevenção e combate ao uso do álcool e drogas, articulados com a rede protetora dos municípios e da sociedade civil organizada.

A defesa e o fortalecimento do protagonismo das mulheres

Ratinho Junior entende que as mulheres devem ser plenamente reconhecidas e cabe ao governo agir para equilibrar a sua representatividade em todas as áreas.

São essenciais programas sociais que atendam às necessidades específicas das mulheres. Saúde, segurança e proteção, assistência social, orientação jurídica e prevenção à violência.

As mulheres não podem viver sob o signo do medo. Por isso, serão estabelecidas medidas protetoras da mulher em situação de violência. Serão tomadas iniciativas para a formação e capacitação de agentes públicos para atuar no atendimento às mulheres. Será fomentado o sistema de apoio da sociedade civil, como igrejas, ONGs e demais entidades.

Serão desenvolvidos programas para financiamento de negócios com tarifas diferenciadas para estímulo ao empreendedorismo feminino. Além de projetos de reintegração social com acompanhamento psicossocial, capacitação para empregabilidade, acesso à bolsa social ou aluguel social, de acordo com a necessidade da mulher vulnerável, baseados nos dados e informações reunidos num sistema integrado de assistência social.

Idosos: um futuro melhor para quem construiu o presente

Ratinho Junior vai determinar políticas públicas para atender este segmento social que não tem recebido a proteção e a valorização que merece. Serão estabelecidas linhas de ação que estimulem o mercado de trabalho a gerar empregos adequados à terceira idade, assim como a área da educação a ofertar cursos direcionados às necessidades dos mais velhos.

Ao mesmo tempo, a saúde pública deverá estar preparada para o grande impacto do envelhecimento da população.

Uma demonstração da atenção que será dada a estes homens e mulheres, será a construção de Espaços de Convivência do Idoso no Paraná, combatendo-se a solidão e até mesmo a incompreensão, o abandono, e não raramente, os maus tratos que muitas vezes sofrem os idosos.

Afinal, eles se dedicaram a cuidar dos filhos e netos, produzir pelo país, e merecem a oportunidade de aproveitar os momentos de lazer e de encontros sociais, o estímulo à atividade física e à aquisição de novos conhecimentos, assim como receber atenção e cuidados.

Será realizado um grande pacto com os municípios para que possam conquistar a certificação de cidade amigável à pessoa idosa, segundo os requisitos exigidos pela Organização Mundial da Saúde no que se refere à adequação de espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; assim como apoio comunitário e serviços de saúde.

Pessoas com Deficiência

Para as pessoas com deficiência serão desenvolvidas políticas públicas destinadas a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos seus direitos e das suas liberdades fundamentais visando inclusão social e cidadania.

Serão implantados programas para garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida, seja no processo de habilitação ou de reabilitação.

Será assegurada atenção integral à saúde e um sistema educacional inclusivo, de forma que ela possa alcançar o máximo do desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Serão implementados programas de capacitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao trabalho em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. Assim como desenvolvidos projetos de assistência social à pessoa com deficiência e sua família, centrados no desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária.

Uma população saudável exige eficácia na gestão da saúde

Um dos grandes desafios da gestão da saúde no Estado é levá-la com qualidade a todos os 399 municípios. Isso requer planejamento estratégico, eficiência e ações inovadoras. Um planejamento criterioso envolverá programas que visam oferecer ao cidadão acesso aos níveis de atenção primário, secundário e terciário. Serão concentrados esforços para melhorar e ampliar o acesso aos atendimentos especializados, como consultas e exames, incrementada a utilização de recursos tecnológicos para diagnóstico e tratamento de doenças e fortalecida atenção primária. Merecerá atenção o tema das violências interpessoal, especialmente em relação à mulher e aos idosos e a violência no trânsito, que vêm impactando a área da Saúde.

Serão promovidas melhorias nas redes estratégicas como a Rede de Urgência e Emergência que contempla pontos de atenção como o SAMU, SIATE, Unidades de Pronto Atendimento e hospitais. Será dada ênfase no aprimoramento da Rede Materno-Infantil visando chegar a indicadores de mortalidade abaixo de 10/1000 nascidos vivos. O objetivo é aprimorar a qualidade do pré-natal e fortalecer ações voltadas à vacinação e prevenção de doenças. Serão aprimoradas e consolidadas a Rede de Atenção à Saúde Mental e a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência. Será implantada a Rede de Atenção à Pessoa Idosa em todas as regiões do Estado com ações integradas da área da saúde e da assistência social.

Serão estabelecidas medidas que assegurem uma gestão eficiente, otimizando e potencializando os recursos financeiros destinados a essa área para apresentar melhores resultados para a sociedade.

Será fortalecida a regionalização em articulação com os municípios para assegurar funcionamento das Redes de Atenção à Saúde, com o fortalecimento da Atenção Primária e apoio aos Consórcios Intermunicipais.

Além disso, definidas parcerias com a sociedade e implementadas alternativas de gerência de unidades de saúde.

Esforços serão feitos para que os hospitais públicos estaduais se tornem referências regionais inclusive nos campos da pesquisa e no apoio na formação acadêmica.

Será dada ênfase ao diálogo e articulação com o Governo Federal, os governos municipais, universidades, movimentos sociais, entidades profissionais e prestadores de serviços.

Serão implementadas estratégias de promoção da saúde, tais como alimentação saudável, prática de atividades físicas, redução do tabagismo, do consumo de álcool e drogas.

Serão aperfeiçoados os serviços de armazenamento de dados de saúde da população, no apoio à pesquisa, e nos processos de produção de conhecimentos ligados ao setor de saúde.

Educação

Ratinho Junior vai dedicar especial atenção aos estudantes paranaenses, em todos os níveis de ensino, com ênfase na primeira infância.

Serão fortalecidas as relações com a sociedade, e intensificada a integração das famílias com a escola, fator que comprovadamente contribui para o sucesso do aluno e melhoria da qualidade da educação.

O sistema de educação deverá estar preparado para receber os pais e se relacionar com as instituições da sociedade civil, organizada, ou não.

Um dos projetos principais de Ratinho Junior é o Comunidade Escola Paraná, com a utilização dos prédios das escolas pela comunidade nos finais de semana, de forma organizada, autossustentável e segura.

Todos os esforços serão aplicados para criar as condições necessárias para elevar o Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) e reduzir a evasão no Ensino Médio, e aprimorar as condições para o acesso ao Ensino Superior e inserção dos estudantes no mundo de trabalho. Será reorganizada a oferta de educação profissional, de acordo com a vocação econômica regional, para aumentar o nível de empregabilidade e estimulada a cultura da inovação e do empreendedorismo desde os primeiros anos do ensino.

As políticas educacionais de Ratinho Junior serão implementadas de forma integrada. A área da gestão será trabalhada em colaboração com os municípios e integrará seis componentes básicos: governança estruturada, monitoramento e avaliação, competição e colaboração, cultura da gestão, comunicação e ajuste dos conteúdos pedagógicos, que serão trabalhados desde o currículo aos materiais didáticos, atingindo a formação dos professores, coordenadores e diretores de escolas.

Será criado um índice de qualidade da educação que levará em conta a combinação de diferentes indicadores. Por meio de mecanismos de competição e colaboração será possível o reconhecimento das melhores escolas, que serão parceiras na condução das outras escolas a um patamar mais elevado.

Na área pedagógica, é emergencial que todas as crianças e jovens paranaenses estejam na escola, com aprendizagem adequada e na idade correta. Para atingir esse objetivo serão desenvolvidos projetos centrados na aprendizagem do aluno e no diálogo contínuo entre os técnicos da Secretaria de Estado da Educação (SEED), secretários municipais, diretores de escolas e professores. Um desses projetos concentrará a busca pela erradicação do analfabetismo escolar.

Segurança Pública: a grande demanda da sociedade

A questão da segurança pública, em face da amplitude do fenômeno da violência e criminalidade, exige urgentemente que o Estado prepare suas instituições policiais para se tornarem ágeis, versáteis e inovadoras, e possam dar respostas às demandas da população que se sente insegura e atemorizada.

As agências de segurança precisam se adaptar e se antecipar às novas modalidades criminais que emergem neste mundo globalizado, com investimentos centrados numa polícia inteligente, em tecnologia e inovação e na constante valorização dos profissionais que atuam no enfrentamento e na contenção dos índices criminais.

A consolidação de um estado mais igualitário, mais democrático, econômico e socialmente desenvolvido, perpassa pelo incondicional respeito à cidadania, aos direitos humanos e aos grupos vulneráveis, principalmente à valorização da mulher e o enfrentamento a qualquer forma de discriminação de raça ou gênero.

Um modelo inovador e integrador, pautado na cultura da prevenção e voltado à solução de problemas em segurança pública que afetam a educação, saúde, emprego e renda, agricultura, comércio e indústria.

São fundamentais: o investimento público e privado, a participação da sociedade, a transparência da informação criminal, a integração das agências de segurança pública, o comprometimento de todos os demais agentes públicos e privados e a avaliação e melhoria contínua de todos os programas de redução da criminalidade e violência, embasada na cultura da paz, cidadania, responsabilidade e solidariedade social.

A integração das agências de segurança será fortalecida com o Projeto Cidade da Polícia, que reunirá órgãos federais, estaduais e municipais para executar planos estratégicos que resultarão na efetiva segurança da população.

Consolidação da política de Habitação do Estado

A política habitacional do Estado do Paraná será consolidada, de modo a viabilizar moradias para a população de baixa renda nos meios urbano e rural. Também será desenvolvido um programa para o atendimento do servidor público do Estado, ativo e inativo.

Outra iniciativa importante serão as parcerias com municípios, agentes financeiros, empresas de construção civil e órgãos do Estado para aumentar a oferta de moradias.

Trabalho

Serão priorizadas ações que fortaleçam a estrutura de atendimento ao trabalhador, contribuindo para a inclusão social pela oferta de oportunidades de emprego, trabalho e renda, pois o “trabalho é o melhor programa social que existe”. Serão estabelecidas políticas públicas voltadas aos trabalhadores informais, com apoio à regularização e formalização de seus negócios.

O governo vai aplicar esforços para aumentar a qualidade das vagas captadas pelas agências de trabalhadores.

Serão melhoradas as formas de atendimento aos trabalhadores e empregadores com o uso de novas tecnologias e processos. Será ofertada capacitação profissional e ao empreendedorismo.

O Observatório do Trabalho será estruturado para analisar, divulgar e disseminar as tendências, a evolução das ocupações e os setores com mais oportunidades no futuro. Essas informações estarão disponíveis para que as instituições que formam profissionais possam atender as demandas do mercado.

Desenvolvimento Econômico: o Paraná mais forte e dinâmico

Este plano propõe fomentar o desenvolvimento e a manutenção da base produtiva, em especial dos negócios de alto valor agregado, com incentivos tributários, para geração de empregos.

Ratinho Junior promoverá o equilíbrio fiscal e ações para a qualificação e redução dos custos e gastos da administração estadual, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e controlando os gastos de custeio.

É hora de modernizar e ampliar a malha logística

Uma das primeiras tarefas será iniciar o processo de transição de uma malha logística do século passado para uma malha que atenda as demandas para as próximas décadas. Serão realizados projetos de curto, médio e longo prazo que acompanhem o crescimento econômico e permitam aos produtores melhoria na competitividade. Serão realizados estudos para promover a interligação dos vários modais e a diminuir a dependência do modal rodoviário no transporte.

Mais competitividade na área do Turismo

O setor turístico contribui para geração de emprego e renda, fixa as populações locais e fomenta a economia regional. O setor será estimulado com a atração de mais visitantes, aproveitando a proximidade de São Paulo, que detém o maior PIB do país. O paranaense também será incentivado a conhecer mais o seu próprio estado.

Pedágio: um novo modelo de concessão, adequado às necessidades do Paraná

As concessões rodoviárias realizadas pelo Estado do Paraná foram definidas a partir de um modelo que com o tempo se mostrou desfavorável às expectativas dos usuários e às necessidades do setor produtivo paranaense.

É consenso a necessidade de um novo modelo de concessão capaz de remunerar o investimento e que apresente uma tarifa justa para o usuário. Definido após estudos com contagem e taxa de crescimento de tráfego, definição de níveis de serviços nas rodovias e de equipamentos e sistemas, dos investimentos necessários e da definição da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Compromisso com a indústria paranaense

O governo, na sua esfera de competência, promoverá a redução da burocracia e da complexidade dos processos que envolvem o recolhimento e a fiscalização dos tributos.

Será delineada uma governança que proporcione uma melhor articulação entre governo e setor produtivo, realizando uma gestão aberta às parcerias e que seja integrada e cooperativa.

Comércio e Serviços: apoio ao empreendedorismo

Será apoiado o setor do comércio de bens e serviços, com ênfase na melhoria do ambiente de negócios como diferencial competitivo do Paraná para atração de investimentos e empreendedorismo.

Será promovida a racionalização dos processos, simplificada a legislação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e modernizado o modelo de fiscalização das empresas, tornando-a mais orientadora do que punitiva, o que dará mais tranquilidade ao empreendedor.

Ajuste fiscal

Com Responsabilidade Fiscal será estabelecido um pacto com a sociedade civil e os meios produtivos em torno de justiça fiscal, tributária e social.

Serão revistos e equalizados os tributos, a partir da revisão do nível de alíquotas e dos mecanismos de substituição tributária do ICMS.

A reforma tributária é uma necessidade, pois a guerra fiscal prejudica a todos, de modo que a promoção de uma equalização tributária com os outros estados da federação proporcionará maior competitividade.

Agricultura: um plano para colher mais resultados

O Governo Ratinho Junior promoverá a competitividade, a melhoria da renda e a agregação de valor na agricultura, mediante programas que têm por objetivo aumentar a renda no campo com inovações tecnológicas, assistência técnica, extensão rural, infraestrutura e logística eficientes e um ambiente sanitário adequado.

Será apoiada a expansão e a consolidação do parque agroindustrial, a ampliação e adequação sanitária das agroindústrias familiares e jovens produtores para gerar competitividade.

A produção sustentável será estimulada com orientação de boas práticas de manejo integrado e uso de solos e água, controle racional das pragas e doenças e redução do uso de agroquímicos, como forma de manter a capacidade produtiva dos solos e entregar aos consumidores produtos seguros.

Para melhorar a qualidade de vida no meio rural será ampliado o acesso à moradia, saúde, saneamento, educação, comunicação, transporte e segurança.

O fortalecimento da agricultura familiar melhorará a renda do agricultor, com estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades não agrícolas.

Será promovida a segurança alimentar e nutricional que proporcione à população acesso à alimentação de qualidade.

A hora de mudar

Ao encerrar este capítulo que apresenta os princípios norteadores da gestão Ratinho Junior, a visão e o modo de enfrentar as questões estratégicas para a instalação de um Paraná Inovador que atenda as expectativas da sociedade paranaense, claramente se impõe a necessidade de mudança. O Paraná é uma terra de oportunidades com grande potencial transformador. O mundo está conectado e passa por rápidas e profundas mudanças, exigindo que o Estado esteja estruturado para oferecer oportunidade de crescimento ao cidadão paranaense.

Mesmo dependendo do crescimento econômico nacional, é preciso definir os melhores caminhos para se alcançar os objetivos traçados neste capítulo. Para isso, é necessário observar os indicadores que retratam o momento atual e as projeções que sugerem o cenário futuro. No próximo capítulo, apresentamos a análise destes cenários e, no seguinte, as propostas para mudar o Paraná e conquistar um novo horizonte, muito mais adequado às expectativas do povo paranaense.

CENÁRIOS ATUAIS E PROJEÇÕES: O DESAFIO

O Paraná representa 6,3% do PIB nacional. Concentra sua força no agronegócio e verifica crescimento da participação da produção da indústria e da prestação de serviços. Esta riqueza é resultado do trabalho da população mais plural do país, formada por descendentes de mais de 60 etnias e por brasileiros vindos de todos os outros estados. O Estado do Paraná merece maior atenção do Governo Federal, que investe aqui uma parte muito pequena dos impostos cobrados dos paranaenses.

O Paraná é o quarto maior exportador do país graças a sua produção de grãos e de manufaturados com maior valor agregado. Se insere, assim, num contexto global, com os correspondentes benefícios e riscos, o que exige um planejamento que leve em conta os movimentos e aspectos da economia internacional.

Situação econômica, tendências de reordenamento territorial e demográficas são elementos essenciais para um bom planejamento que promova o aproveitamento das potencialidades, das riquezas e conduza à redução das desigualdades regionais e sociais. Em consequência, serão realizados investimentos precisos que resultarão em crescimento melhor do que os projetados sob os dados disponíveis atualmente.

O impacto da crise

O Brasil atravessa crise econômica e política que causou forte recessão e recuo do Produto Interno Bruto (PIB) com efeitos diretos nas formas de déficit fiscal e desemprego. O Paraná demonstrou um índice de recuperação superior ao dos demais estados da Federação, principalmente por ter o agronegócio como sua principal matriz econômica, setor que cresceu 11,5% em 2017. Já a atividade industrial apresentou expansão de 1,8%, impulsionada pelo desempenho do segmento metalomecânico, ainda que a indústria da construção civil, grande empregadora de mão-de-obra, tenha sofrido retração, em virtude da redução, pelo Governo Federal, do programa “Minha Casa, Minha Vida”. Já o setor de serviços registrou alta de 1,5%, influenciado pelo resultado do comércio e do ramo de alojamento e alimentação.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A aferição do desenvolvimento humano é feita por indicadores que apontaram o crescimento, no Paraná, na razão de 3,8%, entre 2011 e 2014. Chamou a atenção que dentre os dez municípios melhores colocados em qualidade de vida, sete estão em regiões de forte agronegócio.

A busca do desenvolvimento humano é pressuposto essencial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, para sua efetivação, é necessária a integração entre as esferas de governo e, principalmente, dentro do próprio governo estadual, entre suas secretarias e órgãos, para que esforços e recursos não sejam desperdiçados.

Demografia

A projeção populacional do Estado traz dois pontos de atenção: a concentração de pessoas nas regiões de Curitiba, Londrina e Maringá e o envelhecimento da população, com crescimento percentual projetado do número de idosos dos atuais 9,2% para quase 20% em 2030 e a redução de população de 0 a 14 anos de 20,8% para 14,6% em 2030.

O Estado conta atualmente com uma população de cerca de 11,5 milhões de habitantes e deve crescer para 12 milhões até 2030, sob expectativa de redução populacional intensa em 240 municípios. No sentido oposto, está prevista concentração populacional em 43 municípios.

Emprego

Após dois anos com redução significativa no número de novas vagas de emprego com carteira assinada, o ano de 2017 terminou com saldo positivo para o Estado do Paraná. Entretanto, com uma taxa de desemprego de 8,3%, o que significa quase 500 mil pessoas sem ocupação. Afeta mais mulheres, jovens e pessoas com baixa escolaridade. Até maio de 2018, o número de empregos com carteira assinada continuou em recuperação, especialmente no setor de serviços e da indústria de transformação. Porém, em junho de 2018 foi reportado saldo negativo, tendência que pode ser agravada no decorrer do ano em vista da expectativa com o processo eleitoral. Com base nesses dados, constata-se o desafio de credibilidade que os governantes que serão eleitos nas esferas federal e estadual terão perante o setor produtivo.

Habitação

O Estado do Paraná possui déficit habitacional de aproximadamente 350.000 moradias. Faz-se urgente a revisão e atualização do programa habitacional, em termos que reflitam a redução significativa de alocação de recursos federais no Programa “Minha Casa Minha Vida”.

Mais do que a garantia de um lar digno, há justificativa suficiente para um olhar cuidadoso sobre o tema, o impacto econômico causado pelo segmento da construção civil é significativo, pois além de criar empregos, transforma regiões com o desenvolvimento que proporciona.

Apresenta-se a necessidade de aprimoramento das ações e programas de regularização fundiária de moradias urbanas e rurais.

Educação

Já há um consenso importante de que não haverá uma firme retomada econômica e nem mudanças significativas no quadro social brasileiro sem a melhoria da qualidade da Educação Básica.

A infraestrutura pública alocada nas escolas estaduais é muito significativa. Existe evidência científica suficiente para comprovar que a qualidade dos prédios e dos equipamentos causa repercussão direta no desempenho escolar, na saúde e no comportamento dos estudantes, no bem estar e na retenção de professores e funcionários, além de beneficiar toda a comunidade.

Através do IDEB, que é o principal indicador da qualidade da Educação Básica do Brasil, observa-se que o Paraná ainda tem algumas barreiras a ultrapassar, considerando-se os últimos resultados disponíveis (2015). Para os Anos Iniciais (4a série/5o ano), a meta foi alcançada com um resultado de 6,2. Já para os Anos Finais (8a série/9o ano) e para o Ensino Médio (3a série), as metas de 4,8 e 4,5, respectivamente, não foram alcançadas - o IDEB dos Anos Finais ficou em 4,6 e do Ensino Médio em 3,9. Vale destacar que o IDEB é composto pelos indicadores de aprendizagem (representados pelo desempenho dos alunos na Prova Brasil - Língua Portuguesa e Matemática) e de fluxo (taxas de aprovação). O Paraná ainda possui altos índices de reprovação e abandono escolar que somados aos resultados educacionais indicam que há espaço para melhorias em várias etapas do processo de aprendizagem.

Saúde

O atual cenário demográfico e epidemiológico do Paraná e a projeção para o futuro impõe desafios em relação ao envelhecimento da população. Da mesma forma, ainda são necessários avanços na melhoria dos indicadores de saúde, notadamente em relação à mortalidade materna e mortalidade infantil.

Outro grande desafio é o aumento da ocorrência das doenças crônicas observado nas últimas décadas, relacionado às mudanças no comportamento e estilo de vida, ao aumento da industrialização e da urbanização.

Economia

As atividades econômicas do Estado do Paraná são muito variadas, o que contribui para colocar o Estado entre as maiores economias do País.

Os setores de comércio e de serviços têm apresentado, nos últimos anos, desempenho superior à média nacional. Tal dado tem muita relevância, pois o chamado “setor terciário” representa 65% da economia do Estado. O grande desafio em relação à essa área que gera muitos empregos e é composta por micro e pequenas empresas, é a necessidade de redução da burocracia estatal.

O solo paranaense favorece à atividade agrícola e a produção em grande escala de trigo, milho, soja, algodão e café. Na pecuária, destaca-se a criação de aves, bovinos, suínos e a produção leiteira, de ovos, de bicho-da-seda, entre outros.

Uma atividade industrial diversificada atende as demandas regional, nacional e de exportação.

Social

Os dados relativos à população e à economia evidenciam a consolidação de regiões com alta concentração de riquezas e populacional e a existência de polos muito menos desenvolvidos, como o Vale do Ribeira e as regiões central, centro-sul e Norte Pioneiro do Estado.

Promover melhores condições sociais, ambientais e habitacionais nos municípios com indicadores mais críticos, com economia mais frágil e que vêm perdendo população é um desafio que se impõe.

Com as diretrizes expostas no capítulo anterior e o diagnóstico e as projeções demográficas, econômicas e sociais deste capítulo, percebe-se a necessidade de um posicionamento firme diante dos desafios, com liderança, para que as propostas do próximo capítulo se tornem efetivas e viáveis.

EFICIÊNCIA
FAZER R MAIS
COM MENOS



PROPOSTAS



GESTÃO

Gestão de Governo

Os princípios estabelecidos para o Governo Ratinho Junior e a visão estratégica delineada neste plano, são os fundamentos da concepção de uma Gestão Pública baseada na produção em parceria com a sociedade de serviços públicos de qualidade. O diálogo na participação do cidadão são os alicerces da construção das soluções necessárias para o atendimento das aspirações da população, sem perda do controle do Estado. Assim como, a instauração da eficiência no aparato estatal, tanto na administração direta quanto na indireta como o devido aprimoramento da governança das suas estruturas.

Serão estabelecidos contratos de gestão que contemplem o comprometimento com os resultados, a simplificação dos trâmites e ampliação da autonomia na tomada de decisão para a agilização dos processos. A meritocracia será valorizada com bonificação relacionada à conquista de resultados.

Propostas

Restruturação Organizacional

Reformular a estrutura para gestão e coordenação das políticas públicas. Reunir as secretarias de natureza instrumental, as estruturas técnicas com funções normativas e reguladoras, de fiscalização e secretarias de políticas setoriais. Esta estruturação será fundamentada de modo dinâmico, com ações articuladas para aumentar a comunicação horizontal e vertical, por meio da redução de cadeias de comando e uso integrado de recursos e tecnologia.

Reduzir o número de Secretarias de Estado em 50% para que as estruturas se comuniquem melhor, desenvolvam serviços compartilhados e simplifiquem os processos complexos.

Desburocratização

Simplificar os procedimentos e a forma das decisões dos gestores públicos, com a valorização do mérito por resultados;

Utilizar indicadores de desempenho e métricas para avaliação dos gestores;

Ampliar a autonomia de decisão dos gestores públicos, promovendo a descentralização e facilitando a produção dos resultados desejados;

Oferecer ao cidadão uma experiência rápida e eficiente em sua relação com o poder público.

Desestatização das estruturas não estratégicas

Redefinir os marcos legais e jurídicos, assim como as estruturas administrativas para gestão de projetos de serviços públicos de qualidade;

Desenvolver estruturas aptas à regulação, fiscalização e ao controle da prestação de serviços públicos;

Reconhecer a importância das empresas estatais eficientes;

Transferir atribuições administrativas por meio da celebração de contratos de gestão, melhorando e agilizando resultados e reduzindo custos;

Regulamentar as relações entre as unidades administrativas e investir na instrumentalização técnica das agências reguladora e executivas;

Governo Digital

Implantar o aplicativo GOVTAXI para, em parceria com os taxistas de todo Paraná, reduzir a frota de veículos do Estado para uso dos agentes públicos;

Ampliar os Serviços e Consolidar o Governo Digital;

Facilitar a relação do empresário com o governo na abertura e manutenção de empresas e na emissão de certidões, licenças ambientais, certidão de regularidade; Simplificar o processo de abertura, alteração e baixa das empresas, integrando os serviços estaduais, municipais e federais;

Disponibilizar o acesso ao meio digital por múltiplos canais visando integrar os serviços para a simplificação da oferta de serviços;

Criar uma base de dados única dos cidadãos e das organizações, aproveitando os vários cadastros já disponíveis e, assim, permitir o acesso a diversos serviços de forma simples e ágil;

Promover o agendamento dos serviços nos órgãos da administração pública a fim de evitar filas e perda de tempo;

Disponibilizar, em parceria com os municípios, acesso gratuito à internet nos prédios públicos;

Garantir a transparência das licitações com transmissão, ao vivo, pela internet das sessões.

Inovação e Gestão Pública

Programa de Integridade e Compliance

Criar a cultura de Compliance para o ajuste da gestão às leis, regulamentos e normas, estabelecendo princípios de integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e transparência, além de estimular a impessoalidade e a eficiência no trato da coisa pública;

Criar mecanismos de prevenção, detecção, punição e remediação de quaisquer fraudes, subornos e atos de corrupção, em atendimento às melhores práticas de governança e gestão pública;

Fortalecer a Controladoria Geral do Estado para monitoramento de todas as ações de integridade do governo do Estado;

Incentivar as empresas prestadoras de serviços do Estado na implantação do Compliance, objetivando a confiabilidade e a transparência;

Desenvolver canais de denúncias confiáveis e acessíveis à população, através dos quais haja incentivo ao reporte de irregularidades e ilícitos, e a consequente investigação e penalização;

Criar mecanismos de identificação e redução de riscos, de controles internos, de treinamento e comunicação, de investigação interna, de verificação da integridade de terceiros, de auditoria e monitoramento;

Instituir projetos de comunicação e divulgação das normas e dos códigos de conduta para a população, como forma de promover a confiança e a segurança dos paranaenses nas instituições e nos órgãos públicos estaduais.

Remodelação da Gestão

Inovar nos processos estratégicos, promovendo a melhoria contínua para garantir eficácia, eficiência, qualidade e controle;

Fortalecer o capital social do Paraná (sociedades civis, organizações sociais, instituições públicas) para apoiar o desenvolvimento institucional;

Promover a formação e a capacitação dos responsáveis pelas instituições públicas, especialmente no que se refere ao planejamento, gestão, Compliance e prestação de contas;

Fortalecer a construção de redes colaborativas, sistemas integrados e parcerias estratégicas e buscar identificar e disseminar práticas inovadoras de gestão dos serviços públicos.

Servidor Público

Promover a capacitação continuada dos servidores e disseminar novos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das suas funções;

Promover a valorização profissional do servidor oferecendo a todos oportunidade de crescimento pessoal;

Inovar em gestão buscando maior eficiência, transparência e participação funcional para desenvolvimento pleno das instituições.

Agência Reguladora

Reestruturar a AGEPAR;

Desenvolver novas metodologias, sistemas de gestão e de fiscalização dos modelos de concessões;

Capacitar especialistas para fiscalização e supervisão dos contratos de concessão;

Implantar um sistema de qualidade estadual para gerir as concessões com procedimentos sistêmicos e instrução de trabalho.

Consórcios Públicos

Instituir o Marco Regulatório para readequação dos consórcios públicos existentes e incentivar a criação de novos consórcios no Estado;

Regulamentar a participação do Estado do Paraná nos consórcios públicos existentes, bem como, incentivar a criação de novos consórcios públicos com participação do Estado, dando segurança aos entes participativos e solução de problemas comuns por meio de políticas e ações conjuntas;

Apoiar a reestruturação dos consórcios públicos existentes, objetivando a ampliação dos serviços prestados, ganho de escala, melhora da capacidade técnica, gerencial e financeira.

Parcerias entre o Estado e a Sociedade

Efetuar parcerias entre os entes estatais e com a sociedade civil organizada;

Efetuar parcerias com os municípios para potencializar o desenvolvimento dos municípios;

Estimular o fortalecimento regional dos entes municipais;

Fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Desenvolvimento Regional

Reforçar a atuação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, qualificar e reorganizar o Sistema Paranaense de Fomento (Fomento Paraná e BRDE) para ampliar o apoio ao desenvolvimento socioeconômico regional;

Redefinir o Programa de Juros Zero às famílias empreendedoras em situação de vulnerabilidade assistidas pelos programas de ação social do Estado;

Priorizar a compra pelo Estado de bens e serviços da Rede de Micro e Pequenas;

Apoiar os Arranjos Produtivos Locais (APL).

Revisão Tributária

Revisar a carga tributária de alguns produtos e serviços com o objetivo de preservar a competitividade.

Revisar o regime de Substituição Tributária e a lista de produtos beneficiados;

Aplicar, seletivamente e de forma gradual, a desoneração dos produtos de consumo pessoal;

Revisar os mecanismos de substituição tributária do ICMS;

Rever a lista de produtos ou atividades beneficiados pela Substituição Tributária.

Incentivos Tributários

Manter os incentivos tributários;

Ampliar o regime especial de tributação de E-COMMERCE;

Estabelecer incentivo fiscal para empresas instaladas no Estado para a realização de projetos de infraestrutura de interesse do Estado, e que tenha real impacto no cotidiano da população do município onde a empresa atua;

Modernizar a base produtiva a partir de liberação do estoque de créditos do ICMS para aquisição de máquinas, equipamentos ou soluções de racionalização e modernização de produtos;

Autorizar a utilização de créditos tributários de ICMS com tratamento tributário diferenciado para as cooperativas do agronegócio.

Equilíbrio Fiscal

Promover ações que visem a qualificação e redução dos custos e gastos da administração estadual;

Apoiar os municípios na ampliação dos programas de desburocratização, promovendo a simplificação do processo de abertura, alteração e baixa de empresas;

Simplificar a relação do Estado com o empresariado, reduzindo custos operacionais e custos de controles e fiscalização do Estado.

Estatais

Copel

Modernizar a Governança Copel ajustando o modelo e a estrutura organizacional, simplificando e desburocratizando a administração por meio de uma gestão profissional, aumentando a eficiência, mantendo o Estado do Paraná como maior e principal acionista;

Concentrar investimentos no setor elétrico, preferencialmente no Paraná, modernizando a rede de distribuição, com acompanhamento efetivo dos planos de negócios detalhados;

Manter e melhorar os programas sociais: Luz Fraterna, Tarifa Social e Tarifa Rural/Irrigação Noturna;

Realizar investimentos e modernizar a rede rural de distribuição, permitindo o atendimento do agronegócio e possibilitando a conexão das Gerações Distribuídas e Microgrids;

Fomentar, com recursos de P&D Copel, empresas startups e spin offs oriundas de empreendimentos da área energética.

Sanepar

Priorizar investimentos nas regiões com os menores índices de qualidade de vida;

Incentivar a modernização dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto;

Incentivar a gestão eficiente.

Compagás

O gás natural tem importância fundamental na matriz energética e no desenvolvimento industrial, principalmente nos segmentos de cerâmica e porcelana. Também é utilizado como matéria prima nos setores químico e petroquímico. O Paraná vem ocupando uma posição secundária em relação aos estados de maior PIB do país e vem ficando atrás de Santa Catarina, que tem uma rede de distribuição muito maior e tarifas menores, o que possibilita maior uso desta opção energética. Isto demonstra a importância que este assunto merece.

Concessão

O Estado outorgou à Companhia Paranaense de Gás – Compagas, por 30 anos, a distribuição de gás natural canalizado no Paraná, concessão que se encerra em 2019 conforme o parecer da Procuradoria Geral do Estado.

Propõe-se a antecipação do vencimento e uma nova concessão que poderá ser através de bônus de outorga, ou por meio de um novo contrato que permitirá incluir metas de expansão da rede, eficiência e uma nova política tarifária.

Patrimônio do Estado

Racionalização e Aperfeiçoamento de Espaços Públicos

Realizar levantamentos cadastrais dos imóveis públicos estaduais.

Identificar espaços potenciais para novas construções, ou mesmo de espaços potenciais para novos usos, permitindo a relocação de secretarias e entidades estaduais, obtendo-se um melhor aproveitamento de espaços públicos;

Racionalizar os espaços e imóveis estaduais com baixa taxa de ocupação,

ATENÇÃO
NO QUE É MAIS
IMPORTANTE



PROPOSTAS



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Educação Básica

Para ser um Estado desenvolvido, o Paraná precisa de um sistema público de educação com qualidade capaz de oferecer igualdade de oportunidade para todos os alunos. Um bom número de alunos está matriculado nas escolas, porém, ainda há indicadores educacionais que precisam melhorar. A carreira de professor também deve ser valorizada, com revisão e redefinição das políticas de contratação, de retenção e de desenvolvimento profissional.

Para enfrentar esse desafio, é necessário atuar de maneira sistêmica, pois políticas isoladas e melhorias pontuais não serão capazes de reverter o quadro atual. É mandatório, também, estabelecer uma gestão de governo moderna e eficiente e, o mais importante, definir como essência a aprendizagem do aluno.

As políticas educacionais serão implementadas de forma integrada e o Ensino Médio será adequado para a reforma instituída pelo Ministério da Educação.

Na infraestrutura das escolas, há o grande desafio da busca de novas tecnologias para a construção e a criação de novos programas que contemplem os reparos, melhorias e ampliações das unidades escolares, sempre em consonância com as necessidades pedagógicas, por meio de discussões e a participação dos educadores, pois o foco principal de nosso governo é a “Qualidade do aprendizado dos alunos”.

Propostas

Inovação

Merenda

Implantar de forma gradual, três refeições ao dia nas escolas, no período em que o aluno encontra-se no local, de manhã, tarde e noite, visando aumentar sua disposição para um melhor aprendizado e o conforto até sua chegada em casa.

Uniforme para todos

Adquirir e repassar, de forma gradual para os alunos da rede, uma camiseta e uma jaqueta padrão.

Famílias nas escolas

Criar mecanismos de acompanhamento pelos pais ou responsáveis, para conscientizá-los da importância dos mesmos na formação dos seus filhos.

Aluno Atleta

Criar um incentivo maior às práticas esportivas, formando atletas com o intuito de servir como uma forma de socialização, inserção e da projeção de atletas para nosso Estado e País.

Ganhando o Mundo

Ofertar um intercâmbio internacional para estudo, com foco em alunos do Ensino Médio e também professores do Ensino Fundamental e Médio como reconhecimento de seu desempenho.

Infraestrutura

Materiais

Prover as escolas com laboratórios móveis, tanto de informática quanto de ciências, excluindo a ideia de laboratórios fechados/estáticos, de forma a potencializar o número de alunos e professores atendidos.

Internet

Buscar recursos técnicos visando à melhoria do sinal de internet em todas as escolas para atender às demandas do mundo virtual como suporte à aprendizagem colaborativa.

Transporte Escolar

Com base em critérios técnicos, rever a divisão dos repasses para custear o transporte escolar – considerando o custo aluno e quilometragem percorrida – para as Prefeituras que executam o transporte escolar;

Repor um percentual de ônibus escolares, visando aumentar a segurança, renovar e reduzir a idade média da frota, reduzindo custos de manutenção;

Firmar parcerias, visando melhorar as condições das estradas utilizadas pelo transporte escolar, melhorando a segurança dos alunos e reduzindo as faltas;

Garantir e fiscalizar a qualidade do transporte escolar, por meio dos órgãos competentes, estabelecendo parcerias entre os poderes públicos para acompanhamento e monitoramento dos serviços prestados para estímulo à transparência da gestão escolar em todos os municípios paranaenses.

Infraestrutura Esportiva

Garantir espaço para a prática de esportes com quadras cobertas, nos estabelecimentos escolares, visando a valorização das práticas esportivas e eventos desportivos e culturais assim como o bem-estar de alunos, professores e comunidade de entorno.

Fundo Rotativo

Continuidade do Fundo Rotativo como forma de manutenção das escolas em suas rotinas.

Infraestrutura Escolar

Modernizar e ampliar a rede física da rede estadual de ensino, onde se fizer necessário;

Ampliar o “Programa de Brigadas Escolares”, estendendo a todas as escolas com capacitação de gestores e multiplicadores.

Materiais e equipamentos

Criar um sistema para agilização da reposição de materiais dos equipamentos, de acordo com a rede estadual de ensino.

Novas tecnologias

Empenhar-se na busca por novas tecnologias, reconceituando os canais de comunicação da educação, como o portal Dia a Dia Educação, buscando sempre a adaptação das ferramentas tecnológicas como facilitadoras de aprendizagem de qualidade aos alunos.

Segurança

Promover, contando com instituições parceiras, programas de enfrentamento à violência no interior e em torno das escolas.

Pedagógico**Avaliação**

Criar um painel de boas práticas que contemple os melhores projetos que busquem a melhoria do IDEB.

Ampliação de oferta de cursos

Ampliar a oferta de cursos técnicos agrícolas para municípios que tenham a vocação agropecuária;

Ampliar o número de oferta de ensino em tempo integral nos locais em que a comunidade opte por essa iniciativa.

Educação de Jovens e Adultos

Adequar a educação de jovens e adultos às necessidades do aluno trabalhador, utilizando-se de educação à distância, e de jovens/adultos em situação de privação de liberdade;

Promover a diminuição dos índices de analfabetismo de adultos em parceria com as políticas regionais de educação.

Material Didático

Carrear recursos para aquisição de material bibliográfico para as escolas.

Valorização do Professor

Revisar e redefinir as políticas de contratação, de retenção e de desenvolvimento profissional dos professores, com capacitação continuada.

SAS

Buscar melhorias no atendimento aos professores e funcionários da educação, pelo SAS (Sistema de Assistência a Saúde), buscando aumentar a rede de atendimento no Estado do Paraná.

Gestão escolar

Fortalecer a gestão escolar por meio de capacitação à distância, seminários presenciais e grupos de estudos.

Colégios Militares

Ampliar a oferta de colégios militares da polícia do Estado do Paraná.

Outros

Educação Inclusiva

Aprimorar a educação inclusiva, fortalecendo a atuação de professores e profissionais especializados, garantindo o atendimento a todos os alunos que necessitarem.

Saúde na escola

Apoiar programas que visem atendimento à saúde do escolar, principalmente em relação à drogadição, em articulação com a rede protetiva dos municípios/Estado.

Organizações não governamentais

Fortalecer a articulação com as organizações não governamentais (APAES, APACD, etc.) visando à eficiência e efetividade da transferência de recursos.

Educação Superior

O Paraná é o Estado que proporcionalmente mais investe em Educação Superior no Brasil. O sistema estadual é composto por sete Universidades, com campi em todas as regiões do Paraná. Reúne cerca de noventa mil alunos e oito mil professores, dos quais mais de quatro mil são doutores. As Universidades Estaduais do Paraná estão entre as melhores instituições do país. Cinco delas estão no ranking das trinta melhores avaliadas do país.

Este agrupamento se constitui num excepcional ativo de inteligência do Estado do Paraná. A função de um Estado Inovador, nesta era do conhecimento é fazer com que este ativo esteja realmente à disposição da sociedade. Para isso, o Paraná procurará constituir novos arranjos institucionais que possibilitem a aproximação das Instituições de Ensino Superior do Estado da sociedade, de forma a torná-las o braço de atuação do governo para o desenvolvimento regional equilibrado.

Propostas

Discutir estratégias para que as Universidades se consolidem como instituições fundamentais de apoio ao desenvolvimento regional do Paraná;

Incentivar e criar condições para melhor aproveitar o potencial das universidades para o desenvolvimento da Educação a Distância e, assim, promover a expansão de vagas para levar educação superior a todas as regiões do Estado;

Desenvolver práticas que fortaleçam a autonomia universitária com responsabilidade de gestão e transparência institucional;

Desenvolver e fomentar programas de apoio à pesquisa, à inovação e à extensão, voltados ao desenvolvimento econômico e social e à melhoria do índice de desenvolvimento humano do Estado.

Saúde

O Brasil está diante de mudanças do perfil demográfico da população, crescimento urbano acelerado, alteração nos hábitos alimentares e no estilo de vida. Na área da saúde, apresenta-se uma tripla carga de doenças com Doenças Infecciosas, Doenças Crônicas e Violência/Causas Externas.

Paralelo a isso, convive-se com uma crise política que causa “paralisia” na definição e implantação das políticas públicas na área da saúde. O setor público vive uma crise fiscal e a sociedade enfrenta uma crise econômica com baixo crescimento do PIB e desemprego elevado.

No entanto, deve-se encarar a crise como uma oportunidade para implementar uma agenda de eficiência e de inovação, que no caso da saúde, deve representar para o cidadão paranaense ampliar o Acesso e a Qualidade do Cuidado por meio de uma ação conjunta do Governo e da Sociedade.

É preciso fortalecer a Atenção Primária à Saúde em parceria com os municípios e implantar/consolidar as Redes de Atenção à Saúde de forma a ampliar o acesso dos cidadãos paranaenses a serviços de qualidade, o mais próximo possível, nos locais onde moram. A estratégia é investir na Regionalização fortalecendo os Consórcios de Saúde e ampliando a oferta de serviços.

Para isso, é preciso consolidar um modelo de atenção à saúde capaz de fazer frente ao perfil epidemiológico de tripla carga de doenças, garantir financiamento adequado e dar eficiência à gestão.

A inovação deve ser usada em todas as áreas da saúde para trazer qualidade e eficiência.

Propostas

Assistência à Saúde

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

Implantar as mudanças de processo de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde do Estado do Paraná, promovendo uma modalidade de Contratualização dos Cuidados Primários entre os municípios e o Estado, com aplicação dos recursos estaduais transferidos com foco em desempenho e qualidade.

Ampliar o acesso a consultas e exames especializados

No Brasil, vive-se a ausência de uma política voltada a Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Desde o subfinanciamento crônico até a ausência de um modelo de atenção à saúde. Isso se reflete em um dos pontos mais críticos em relação à percepção da população sobre o SUS. A dificuldade de acesso a consultas e exames especializados e cirurgias eletivas têm sido uma das maiores reclamações dos usuários. Apesar de ações como “mutirões”, tem-se um acúmulo de demandas não atendidas. No Paraná essa situação se repete, e são necessárias respostas estruturais e de modelo de atenção nessa área.

No caso das consultas e exames especializados, é preciso implantar, no Estado, o modelo de atenção às condições crônicas com foco no papel da APS como coordenadora do cuidado e ordenadora do acesso por meio de estratificação de risco e ações desenvolvidas em unidades ambulatoriais especializadas por equipes multidisciplinares (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, entre outros).

Essas unidades ambulatoriais se configuram em Centros de Especialidades e tem como solução gerencial os Consórcios de Saúde, que devem contar com a participação do Governo do Estado. Com isso, otimizam-se e potencializam-se os recursos, estaduais e municipais, e se fortalece a Regionalização das ações de saúde.

Uma inovação a ser introduzida nessa área é a utilização de veículos para levar acesso aos municípios para exames de imagem, como no caso da mamografia, e para consultas e exames, no caso dos atendimentos oftalmológicos.

Ampliar o acesso a cirurgias eletivas

Quanto à ampliação do acesso a cirurgias eletivas (tais como: ortopedia, oftalmologia, cirurgia geral, otorrino) propõe-se integrar recursos federais, estaduais e municipais para viabilizar a remuneração desses serviços, com base em valores de pagamento que incluam desde a consulta ao pós-operatório.

Com isso pretende-se reduzir o tempo de espera para essas cirurgias e ampliar a oferta e o acesso.

TeleSaúde

Visando dar melhor resolutividade, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde, e agilizar o atendimento especializado à população, propõe-se promover um conjunto de ações de inovação na área da Tecnologia da Informação. O TeleSaúde irá permitir melhor interação entre médicos das Unidades Básicas de Saúde da família, e os médicos e equipes das unidades especializadas;

Na área do acesso às informações, propõe-se um aplicativo que pode ser usado para obtenção de dados como o funcionamento das unidades de atendimento e ações de educação em saúde.

Ampliar o acesso a Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica envolve uma organização complexa de atividades relacionadas aos medicamentos e seus usuários. Uma das questões centrais é ofertar o acesso ao cuidado farmacêutico em todas as regiões do Estado, por meio de capacitação e organização de processo de trabalho junto às unidades públicas que dispensam medicamentos.

Fortalecer a entrega em casa de medicamentos de uso contínuo.

Parceria com municípios para atendimento fora do domicílio

Fazer parceria com os municípios para implantar espaços de apoio aos pacientes que tenham que se deslocar para receber atendimento especializado fora da cidade de domicílio.

Fortalecimento da Regionalização da Saúde

A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná está presente de forma descentralizada em 22 Regiões de Saúde, cujas sedes administrativas estão localizadas em cidades polo das regiões.

O processo de regionalização dos serviços de saúde no Paraná foi se desenvolvendo com base na organização política municipal, na oferta de serviços de saúde e nos polos regionais de desenvolvimento. A partir de 2013, com a organização das Redes de Atenção à Saúde, ocorreu a conformação das quatro macrorregiões: Leste, Oeste, Norte e Noroeste; constituídas a partir das referências dos serviços de média e alta complexidade existentes nas regiões de saúde.

Consolidação das Macrorregiões

Considerando a atual oferta de serviços e o atual quadro de desenvolvimento econômico e social do Estado, propõe-se a criação de uma 5ª Macrorregião de Saúde que abranja as regiões de Guarapuava, Irati e Ponta Grossa, a partir da qual, definam-se novas referências, principalmente, em serviços de maior complexidade.

Plano de Investimentos

Plano Diretor de Investimentos na área da Saúde

Para desenvolver capacidade de resposta do Estado do Paraná para as mudanças que ocorrerão sobre o ponto de vista epidemiológico e sócio-econômico, será elaborado um Plano Diretor de Investimentos para a área da saúde, que contemple uma visão de longo prazo e que tenha, como foco, o desenvolvimento das Macrorregiões de Saúde.

Aprimoramento e consolidação das Redes de Atenção à Saúde

Aprimoramento da Rede Materno Infantil

Entre as ações propostas, está a ampliação da oferta de leitos de UTI em regiões cujo percentual de óbitos neonatal e infantil sejam mais significativos, e ampliar o apoio aos municípios para o aprimoramento da qualidade do pré-natal, notadamente, com ações de formação e educação permanente.

Aprimoramento da Rede de Urgência e Emergência

Estudar a implantação do SAMU Regional e aprimorar o financiamento do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná (Hospsus) nessa área, com foco em serviços de pronto-socorro em hospitais de referência regional;

Ampliar a oferta de leitos de UTI adulto e unidades de queimados;

Implantar o Hospital de Urgência e Emergência na Área Norte da Região Metropolitana de Curitiba, para atender os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Implantar a Rede de Atenção à Pessoa Idosa

Com o acelerado envelhecimento populacional, as mudanças demográficas são acompanhadas das mudanças do perfil epidemiológico, com aumento de doenças crônicas, incapacidades e dependência, e demandam ações diferenciadas, que atendam as necessidades da população que envelhece, visando a manutenção da sua autonomia, independência e qualidade de vida.

A proposta é a implantação da Rede de Atenção à Pessoa Idosa, com ações integradas da área da saúde e da assistência social. No caso da saúde, essas ações passam por atuação das Unidades Básicas de Saúde com estratificação clínico-funcional, organização dos pontos de atenção secundária (Centro de Especialidades), tendo como principal estratégia, um Plano de Cuidado Personalizado e a possibilidade de utilização de unidades hospitalares de pequeno porte como retaguarda.

Implantar a Rede de Atenção Psicossocial

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a prevalência dos transtornos mentais é de 12% da população geral e 6% para dependência de álcool e outras drogas. Estima-se que, no Paraná, há 1.329.803 habitantes com transtornos mentais e 664.902 habitantes com dependência de álcool e outras drogas;

A atenção à saúde dessas pessoas, bem como ações de prevenção de agravos e promoção da saúde mental, exige constante avaliação dos processos de trabalho, de assistência e gestão das ações;

É preciso aprimorar os pontos de atenção à saúde mental com ênfase nas ações da atenção primária à saúde e das unidades ambulatoriais especializadas, e na garantia de acesso a todo percurso assistencial necessário.

Implantar a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas

As doenças crônicas representam a primeira causa de mortalidade e de hospitalizações, envolvendo também, perda significativa da qualidade de vida, que se aprofunda à medida que a doença se agrava;

Entre essas doenças, as cardiovasculares constituem a grande maioria, sendo a hipertensão arterial sistêmica a mais prevalente, aumentando progressivamente com a idade.

Além da hipertensão, o tratamento do diabetes é um importante fator de quebra da cadeia causal das doenças cardiovasculares;

Diante disso, a proposta é a implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

Implantar a Rede de Atenção a Saúde Bucal

Aprimorar a Rede de Atenção a Saúde Bucal com ampliação do acesso ao atendimento odontológico em parceria com os municípios, estendendo o horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.

Atualmente, já existem os Centros Especializados de Odontologia para realização de procedimentos. A proposta é ampliar o acesso e a oferta desses serviços por meio dos Consórcios de Saúde.

Implantar a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência

Implantar a Rede de Atenção a Pessoa com Deficiência, com ênfase nas ações da atenção primária e Centros Especializados de Reabilitação.

Obesidade

Num passado ainda recente, a preocupação era o combate à fome e à desnutrição de crianças. Entretanto, esse perfil vem se alterando ao longo dos anos, e hoje, o aumento da prevalência da obesidade em adultos e crianças tem sido uma grande preocupação de saúde pública.

Atualmente, a cada cinco brasileiros, um está obeso, e mais da metade da população está acima do peso, tendo como implicação mais imediata o diabetes.

Paralelo a isso, surge a hipertensão arterial e, por conseguinte, as doenças cardiovasculares, primeira causa de óbito do país e do Estado.

Pessoas obesas têm um risco mais elevado para o desenvolvimento de doenças. Estima-se que o Índice de Massa Corporal elevado também aumenta os riscos de certos tipos de câncer (de mama, colorretal, de endométrio, rim, esôfago, pâncreas).

Importante frisar que as doenças crônicas atingem, especialmente, as populações mais vulneráveis, como as de baixa renda e baixa escolaridade.

A obesidade é, portanto, uma tendência e, segundo projeções, a prevalência da obesidade dobrará até 2030. É um problema nacional que se expressa em redução da qualidade de vida, maior carga de doenças, exigindo assim medidas imediatas e efetivas por meio de políticas públicas e ações de promoção à saúde, que estimulem a redução dos potenciais fatores de risco, incluindo dietas diversificadas e saudáveis, normocalóricas, com baixo teor de sódio e gorduras, bem como a mudança no estilo de vida, com estímulo à atividade física.

Nesse sentido, é imprescindível a realização de ações intersetoriais que repercutam positivamente sobre os diversos determinantes da saúde e nutrição, nas diversas fases da vida.

A promoção à saúde tem, portanto, como objetivo principal, a mudança de cultura com foco no envolvimento dos cidadãos nos cuidados com sua própria saúde. As propostas de ações de Promoção em Saúde são:

Política de Prevenção à Obesidade

Atuar de maneira estratégica na promoção da alimentação saudável, prática de atividades físicas, redução do tabagismo e redução do consumo de álcool e drogas, oferecendo informação e assistência necessárias;

Implantar a Linha de Cuidado do paciente obeso e com sobrepeso.

Ações de Vigilância em Saúde

Na área da saúde, a vigilância se dá por meio da prática de atenção e promoção da saúde da população e dos mecanismos utilizados para prevenção de doenças. Para um sistema de vigilância em saúde eficaz, é necessária a análise de fatores políticos e de planejamento, assim como características epidemiológicas, condições de vida, situação de saúde da população e questões ambientais, dentre outros fatores.

Prevenção

Promover, em conjunto com os municípios, ações para ampliar a cobertura vacinal e para o controle da dengue que, no Paraná, vem apresentando variações cíclicas, com incidências importantes em anos epidêmicos.

Tecnologia e Pesquisa

A tecnologia em saúde é tema de extrema importância para a Saúde Pública, visto que pode atuar de maneira a fortalecer o processo de diagnóstico e cura de doenças, assim como no aperfeiçoamento de serviços de armazenamento de dados de saúde da população. O uso da tecnologia em saúde está diretamente atrelado à pesquisa, processo de produção de conhecimentos ligados ao setor de saúde. Atuando de maneira conjunta, a tecnologia e a pesquisa podem melhorar as políticas e programas, aumentando o nível de saúde e qualidade de vida da população. São propostas para essa área:

Implantar Rede de Informações eficiente para intervenção e controle;

Implantar incubadoras para desenvolvimento de pesquisas.

Controle Social

Implantar Programa de Avaliação dos Serviços de Saúde.

Segurança Pública

O Poder Público tem o dever de criar um ambiente favorável que propicie um ciclo sustentável de redução da criminalidade e violência no Paraná, o que pode ser conquistado por meio de uma gestão orientada por resultados e um sistema de segurança pública comprometido com mudanças efetivas. Sob fundamento no princípio da transparência e na integração das agências de segurança pública, propõe-se o desenvolvimento de uma cultura da paz, cidadania, responsabilidade e solidariedade social, com a participação da sociedade e o empenho de todas as instituições públicas e privadas.

Ratinho Junior sabe que a população precisa de melhorias imediatas em segurança pública e entende que qualquer medida não pode ser paliativa e isolada, mas inserida num contexto complexo que envolve temas policiais, educacionais, de saúde pública e assistência social.

Propostas

Criação do programa “O Bom Policial”, que reconhecerá, não somente os heróis de ocorrências específicas, mas também os agentes que no dia-a-dia cumprem suas missões com eficiência e honestidade;

Instituição de rigoroso mecanismo de integridade, visando proteger o bom policial, resgatando o reconhecimento às instituições de segurança.

Gabinete de Gestão Integrada

Criar Gabinetes de Gestão Integrada Regionais em Cidades Polo, dotadas de tecnologia, informações para gerar ações mediatas e imediatas por meio de planejamento, controle, diagnóstico, padronização e avaliação de desempenho;

Integrar todas as ações e avaliar o desempenho dos Gabinetes de Gestão Integrada Regionais.

Cidade da Polícia

Instalar em espaço conjunto as cúpulas das instituições de segurança pública, seus órgãos auxiliares e unidades especializadas, com a finalidade de proporcionar a concentração de informações e dar agilidade no cumprimento de determinações.

Gestão Estratégica

Adotar ações sistêmicas para a implantação da cultura de gestão estratégica no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, objetivando eficácia, eficiência e efetividade das funções de polícia investigativa e de polícia judiciária;

Avaliar o desempenho por meio de auditoria em busca de alto desempenho;

Valorizar e fortalecer as instituições de Segurança Pública e Penitenciária;

Valorizar os agentes de segurança pública e agentes penitenciários com boa formação, progressão de carreira e qualificação continuada;

Promover ações e protocolos integrados operacionais e de inteligência entre agências de segurança federais, estaduais e municipais, visando a sinergia de atuação entre as forças, com a criação de rotinas e protocolos de operações conjuntas.

Ação coordenada e integrada nas atividades correcionais

Fazer ampla reestruturação da Corregedoria Geral, com reformulação da estrutura organizacional, efetivo sistema de garantias e integração com Poder Judiciário.

Comunicação Social

Criar política de comunicação social com protocolos destinados a conquista de credibilidade institucional;

Realizar ações coordenadas e integradas entre as áreas de Comunicação Social e Relações com a Comunidade;

Elaborar políticas setoriais voltadas ao fortalecimento da credibilidade institucional e ações voltadas à valorização e motivação de público interno.

Tecnologia e Inovação

Buscar a modernização tecnológica na segurança pública, visando integração, inovação e sustentabilidade em todo o sistema;

Desenvolver o Projeto Olho Vivo, que irá utilizar a tecnologia para criar regiões mais seguras, mediante a integração dos sistemas de segurança municipais, estadual e federal;

Criar o Projeto Falcão que irá utilizar aeronaves e drones em apoio ao policiamento ostensivo;

Investir em Bases Móveis de Policiamento Ostensivo com tecnologia de ponta, para atendimento de locais com maiores incidências de violência e de criminalidade, dando à comunidade maior sensação de segurança;

Utilizar mecanismos tecnológicos e aplicativos para identificar riscos e receber comunicações de incidentes ou ilícitos, facilitando o contato da população com os órgãos de segurança pública;

Desenvolver barreiras eletrônicas para atuação corretiva, ostensiva e assertiva, para apoio do planejamento de ações integradas de prevenção, visando identificar veículos furtados ou roubados, bem como os envolvidos em ações criminosas;

Apoiar medidas de prevenção nas fronteiras e rodovias do Estado, para fazer o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando e também ao roubo de cargas.

Orçamento e Finanças

Reativar o Fundo Estadual de Segurança Pública;

Ações Integradas

Promover ações Integradas com Poder Judiciário, Ministério Público, Federal e Estadual.

Integração Planejamento/Orçamento

Integrar o planejamento estratégico ao orçamento de modo a adequar, qualitativa e quantitativamente, os recursos financeiros ao cumprimento das missões institucionais.

Cidades da Paz

Desenvolver modelo unificado sob conceito da prevenção criminal e paz social.

Potencializar o Policiamento Comunitário;

Desenvolver o Programa Mães e Mulheres Comunitárias da Paz, capacitando mulheres, em regiões vulneráveis e violentas, para atuarem de maneira proativa na mediação e resolução de conflitos;

Desenvolver programas para jovens e adolescentes aprendizes, voltados à cidadania e civismo, com diversas áreas de atuação e capacitados pelas instituições de segurança pública, a exemplo de: Patrulheiro Ambiental Mirim, Bombeiro Mirim, Programa Educacional de Resistência às Drogas, Patrulheiro do Trânsito Mirim, Patrulheiro Comunitário Mirim, Jovens Patrulheiros de Elite da Paz, etc.

Gestão por Competência

Criar mecanismos de motivação e desempenho do corpo funcional de segurança pública, com a constante atualização da metodologia de treinamento e de ensino.

Política de Assistência aos Servidores

Oferecer mecanismos adequados à proteção da segurança e da saúde física e mental do corpo funcional.

Sistema Penitenciário

Modernização da Gestão

Remodelar o organograma, buscando a eficiência das atividades desenvolvidas no âmbito penitenciário, monitorando-se, constantemente, as metas e objetivos, por meio de indicadores;

Capacitar constantemente a área administrativa, instituindo a gestão gerencial e ampliando o uso de tecnologia para minimizar procedimentos e aumentar a eficiência;

Elaborar Plano Estratégico, que contemple a renovação de equipamentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento das atividades.

Infraestrutura

Construir, reformar e readequar presídios e casas de custódia sob critérios técnicos, arquitetônicos e tecnológicos adequados;

Cumprir o previsto em legislação quanto à retirada de presos de delegacias.

Presos

Aprimorar a prestação dos serviços prestados como: jurídico, psicossocial, material, educacional, oportunidade do trabalho e serviço religioso;

Ampliar a utilização da tornozeleira eletrônica, buscando a definição de critérios junto ao poder judiciário;

Buscar apoio da iniciativa privada para capacitação e utilização da mão de obra dos presos;

Incentivar o cooperativismo social e empreendedorismo.

Relacionamento com a Sociedade e demais Órgãos

Estreitar o diálogo com Conselho da Comunidade, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Penitenciário, Poder Judiciário etc., a fim de realizar trabalho integrado, visando eficiência e eficácia das atividades desenvolvidas;

Dialogar com Conselhos de Segurança, Saúde, Drogas, Criança e Adolescente e Mulher;

Fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Indivíduos Privados de Liberdade.

Assistência Social

A partir da Lei nº 8742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, posta como direito de cidadania, visando garantir o atendimento às necessidades básicas de segmentos da população vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.

A Lei Orgânica da Assistência Social é o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, nos artigos que definem e garantem os direitos à assistência social. Além disso, institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social das pessoas mais vulnerabilizadas.

O centro de ação da Política de Assistência Social é a família - o elo integrador das ações e foco de programas específicos. Logo, programas que visam a inserção e reinserção da família, são prioritários na Política de Assistência Social.

A Assistência Social é dever do Estado e direito do cidadão. Faz parte da seguridade social, prevalecendo a ideia de que se protege para promover.

Em 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social, descentralizado e participativo, cuja função é a gestão da assistência social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema Único de Assistência Social estabelece a organização da assistência social em dois níveis de Proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade.

A Intervenção do Estado deve ser estratégica para desenvolver as potencialidades e garantir direitos dos indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Propostas

Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Manter o repasse de recursos para os programas de proteção em situações de calamidade pública e emergências, fortalecendo as Defesas Cíveis nos municípios;

Fortalecer as diversas instâncias de articulação, pactuação, deliberação e controle social, através da disponibilidade de infraestrutura, capacitação e sistemas de informações adequados;

Disponibilizar um sistema único para todos os municípios do Estado, integrando a base de dados;

Assegurar a qualificação de Vigilância Socioassistencial em todos os municípios;

Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, assegurando a ampliação e qualificação da oferta dos serviços.

Transparência e Gestão Democrática

Disponibilizar informação para efetividade da transparência e participação;

Assessorar a implantação de Ouvidorias nos municípios, conforme critérios a serem estabelecidos em instâncias de pactuação e controle social.

Crianças

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.357/16), sancionado há dois anos, é considerado um dos mais avançados do mundo no que tange ao desenvolvimento infantil, e contém programas, serviços e iniciativas que buscam a promoção do desenvolvimento integral das crianças: do nascimento aos seis anos de idade.

Mas, mesmo se tendo no Brasil uma das leis mais avançadas do mundo para proteger as crianças, não há avanços se a aplicação da lei não é realidade nos municípios. A ideia é promover ações para que os municípios se tornem ambientes acolhedores para a formação de cidadãos e uma sociedade mais inclusiva, solidária e igualitária.

Estudos recentes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), afirmam que os primeiros seis anos de vida são decisivos para determinar o que a pessoa será ao longo da vida.

As vivências sociais e ambientais, onde a criança está inserida durante a primeira infância, são balizadoras da personalidade futura desse ser humano. Por isso, criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento das crianças, desde a concepção até os seis anos de idade, garante um futuro melhor, não só para a criança, mas também para toda a sociedade.

O cuidar das crianças, sintetiza em essência, a promoção das humanidades, e começa pela mudança de atitude e compromisso dos adultos, e se constitui pela afirmação e pela garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

Propostas

Promover ações educativas que visem a assistência para crianças nos primeiros 1.000 dias de vida, período vital para o desenvolvimento das funções cognitivas, habilidades e competências;

Reforçar e ampliar as campanhas de enfrentamento a todo tipo de violência contra as crianças, a fim de elevar o número de parceiros na causa, envolvendo a sociedade;

Desenvolver uma plataforma virtual sobre a temática, trazendo informações pertinentes da área da Educação, Assistência Social e Psicologia;

Promover a capacitação, por meio de videoconferências, dos diferentes profissionais da saúde estadual e municipal, sobre o Marco Legal da Primeira Infância;

Promover ações educativas para a conscientização dos integrantes da rede de proteção, da importância da primeira infância e sua formação integral para prevenção de vulnerabilidades sociais;

Fomentar o debate sobre formação continuada de modo a subsidiar políticas públicas para a primeira infância.

ATENÇÃO
NO QUE É MAIS
IMPORTANTE



Mulheres

As transformações sociais, resultado de movimentos femininos nacionais e internacionais, têm apresentado avanços nas políticas públicas para as mulheres. A necessidade do fortalecimento do poder de decisão da mulher na sociedade, no mundo do trabalho e na família vem sendo cada dia mais reconhecido e apoiado.

Foram criados programas sociais que atendem temas específicos à sua condição, como direito a serviços de creche e direitos trabalhistas, saúde, sexualidade, contracepção e de combate à violência contra a mulher. É fundamental a ampliação das condições para a independência financeira - garantia essencial para que elas sintam-se seguras e autoconfiantes. Para isso, são importantes os programas de inserção no mercado de trabalho, educação e capacitação profissional, assim como a ampliação dos mecanismos para a redução da vulnerabilidade social, com a gestão integrada das ações dos sistemas públicos federal, estadual e municipal, das instituições privadas e do terceiro setor, bem como, das universidades e das outras instituições de apoio ao desenvolvimento social.

O atendimento às mulheres demanda políticas integradas nas áreas da assistência social, segurança, saúde, educação, trabalho e geração de renda, assim como programa de empréstimos facilitados para que as mulheres possam empreender. Programas para que todas as mulheres, de todas as classes sociais, venham a se sentir contempladas e assistidas.

Merecem atenção especial as mulheres em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violência que precisam ter asseguradas a proteção e o acolhimento, necessários para o suporte para que possam ser inseridas ou reinseridas na sociedade com dignidade humana, inclusiva, com a autoestima restaurada e o direito de viverem livres da violência junto aos filhos e à família.

Propostas

Programa de Apoio à Mulher vítima de violência ou vulnerabilidade social

Unificar e sistematizar os dados relativos à violência contra a mulher para poder identificar os pontos de maior vulnerabilidade e estabelecer ações específicas que possam atenuar essas situações;

Implantar o Núcleo da Mulher Paranaense no Programa Delegacia Cidadã para oferecer, gradualmente, um atendimento diferenciado, dentro das delegacias, às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade;

Estabelecer parcerias com o objetivo de promover atendimento especializado e humanizado no enfrentamento da violência contra mulheres, com psicólogas, peritas, assistentes sociais e outras profissionais especializadas;

Integrar as redes de atendimento dos serviços conveniados;

Ampliar as unidades itinerantes de atendimento à mulher que atendem áreas mais distantes, como assentamentos, aldeias indígenas, comunidades rurais e quilombolas e entregam serviços de assistência social, orientação psicológica, jurídica e segurança pública, podendo fazer atendimento nos municípios onde não há delegacias especializadas no atendimento a mulheres.

Empreendedorismo

Criar linha de crédito da Fomento Paraná para atender as mulheres na consolidação e criação de pequenos empreendimentos.

Capacitação

Capacitar profissionais dos serviços públicos para melhor atendimento às mulheres, adolescentes e crianças;

Viabilizar projetos de identificação de vulnerabilidade social e encaminhamento para programas de capacitação para o mundo do trabalho.

Espaços de Atendimento

Promover parcerias com instituições públicas e privadas para a criação de Espaços de Convivência, de Acolhimento e de Passagem. Locais onde serão desenvolvidos cursos de capacitação, atendimento terapêutico, rodas de debates, palestras, teatro educativos, amostras de filmes educacionais, conscientização, mediação de conflitos, saúde emocional, valorização da autoestima, cuidados com a saúde;

Planejar a instalação de Centros ou Casas de acolhimento regionais, em parceria com municípios, onde serão desenvolvidos programas de reintegração social com acompanhamento psicossocial, empregabilidade, bolsa social e aluguel social, com o objetivo de garantir proteção integral.

Idosos

O Paraná já possui algumas iniciativas que caminham para ambientes que acolham as alterações físicas e sociais decorrentes do envelhecimento. No entanto, estas iniciativas precisam ser aplicadas em uma perspectiva de médio e longo prazos. Segundo a mais recente estimativa populacional brasileira, apresentada na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD 2015) o Paraná é o Estado com a 9ª maior população idosa do país, 14,6% da população geral. As projeções são de crescimento. Estima-se que em 2030, os idosos serão 20,9% da população geral do Estado.

Fatores como a transformação da família, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as migrações e urbanização, confirmam o fato de que um número maior de idosos carecerá de cuidados.

A melhoria da qualidade de vida do idoso muda o quadro de dependentes para produtivos, que exercitam toda a capacidade intelectual e física, e são inseridos no mercado de trabalho.

Propostas

Programa Paraná Amigável para a Pessoa Idosa

Apoiar os municípios para a obtenção do certificado do programa Paraná Amigável para a Pessoa Idosa que tem como objetivo preparar os municípios para garantir ambientes que acolham as alterações físicas e sociais decorrentes do envelhecimento. A iniciativa é desenvolvida por meio de estratégias locais, que envolvem várias frentes da sociedade na preparação dos municípios, como espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde, com interação dos setores públicos, privados e organizações sociais.

Promoção do envelhecimento saudável e ativo

Programa Vida Ativa

Incentivar os municípios a aproveitar espaços ociosos existentes e na unificação dos serviços de saúde, esporte, lazer, alimentação orientada, trabalhos manuais, caminhadas orientadas e atendimentos especializados nas mais diferentes áreas;

Desenvolver um protocolo de ações preventivas, a fim de reduzir quedas de idosos e complicações decorrentes destes acidentes, capacitando profissionais da saúde para utilização e aplicação deste protocolo;

Realizar campanhas para aumentar as turmas de educação e alfabetização de idosos;

Ampliação e divulgação dos eventos culturais junto aos grupos de idosos e espaços de convivência, para garantir sua participação;

Apoiar a participação do público idoso em corais.

Apoio Comunitário

Estabelecer parcerias para criação de cursos profissionalizantes e de especializações gratuitos para cuidadores de idosos;

Promover parceria com a Pastoral da Pessoa Idosa, aproveitando a capacidade e dinâmica de atuação, a capilaridade e a relevância reconhecida em todo o país.

Habitação e Urbanismo

Estudar dentro da política habitacional, a destinação de recursos para construção de conjuntos habitacionais comunitários para os idosos, com arquitetura adequada às suas exigências.

Ações Transversais

Usar os canais de comunicação para mudanças de entendimento, diminuindo o preconceito, o desrespeito aos direitos dos idosos e combate à violência contra a pessoa idosa;

Divulgar o Estatuto do Idoso para promoção de políticas que valorizem, protejam e garantam direitos aos idosos, através de programas orientativos;

Por meio de parcerias, promover cursos de capacitação e inclusão digital.

Centro de Convivência

Viabilizar a implantação de centros de convivência de idosos, para promover a socialização, ofertar momentos de lazer, estimular a atividade física e busca de novos conhecimentos. Um local onde os idosos poderão receber a atenção e os cuidados devidos.

**QUALIDADE
DE VIDA,
BEM-ESTAR** 
DAS PESSOAS

Habitação

O Estado possui déficit habitacional de 350 mil moradias, que vem sendo agravado pela diminuição dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.

A Habitação é fator de inclusão e mobilidade social, um propulsor importante da indústria da construção civil e acelera rapidamente o crescimento

Propostas

Habitação para baixa renda

Desenvolver a política habitacional do Paraná, de modo a viabilizar moradias para a população de baixa renda no meio urbano e rural;

Fortalecer parcerias com o Governo Federal e prefeituras para atender com qualidade, as famílias mais carentes e manter os programas de melhorias habitacionais.

Habitação no meio rural

Melhorar a habitabilidade das famílias residentes no meio rural viabilizando moradias, lotes e reformas de unidades habitacionais nas áreas rurais dos municípios, mediante parcerias com Prefeituras, Cooperativas, Agentes Financeiros, Empresas do ramo da Construção Civil e outros órgãos do Estado.

Implementação e Regularização

Manter o esforço deregularização das ocupações urbanas, recuperar as áreas de proteção ambiental degradadas e reassentar famílias;

Promover aproximação com os municípios para apoiar no aperfeiçoamento das legislações locais relacionadas com a habitação de interesse social;

Oferecer apoio jurídico visando acesso à moradia para os ocupantes irregulares de imóvel urbano.

Cultura

A diversidade cultural do Estado do Paraná, analisada sob seu desenvolvimento histórico, é composta por muitas etnias que povoaram o território paranaense. Registram, por meio de seus costumes, suas crenças, suas atividades agrícolas, comerciais, industriais e outras, a riqueza dos processos de desenvolvimento socioeconômico, ao evidenciar as características dos bens culturais materiais e imateriais que perpassam e interligam a arquitetura, os documentos históricos, o patrimônio natural e arqueológico.

Propostas

Plano Estadual de Cultura

Executar o Plano Estadual de Cultura (Lei 19.135/2017).

Democratização e Incentivo Cultural

Desenvolver uma plataforma eletrônica a fim de registrar os programas e projetos culturais locais e regionais;

Incentivar o projeto Cinema na Praça, que disponibiliza uma tela de cinema nas praças dos municípios;

Fortalecer as políticas culturais visando a democratização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura;

Promover Parcerias Público-Privada para ampliação dos investimentos em produção, difusão e fruição cultural.

Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural

Desenvolver parcerias público-privadas para identificar e valorizar as vocações locais regionais;

Apoiar ações de capacitação para produção cultural;

Estimular a participação de artistas e produtores em programas educativos de acesso à produção cultural;

Estimular parcerias de pesquisa a fim de mapear e promover ações socioeducacionais para valorizar o Patrimônio Arquitetônico e Natural local-regional.

Inovação e Tecnologia voltadas ao Incentivo Cultural

Promover o uso de tecnologias socioeducativas que facilitem a produção e o desenvolvimento artístico e cultural;

Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais paranaenses.

Esportes

O governo tem como objetivo democratizar a prática do esporte e dará ênfase as atividades dedicadas à infância e à juventude. Para potencializar as vocações regionais, apoiará os jogos escolares e incentivará o desenvolvimento de programas dedicados à descoberta, treinamento e fixação no Estado dos atletas de alto rendimento esportivo. Além disso, estimulará projetos e atividades no contraturno escolar.

Propostas

Esporte para o Desenvolvimento Social

Promover parcerias, visando a implementação de quadras poliesportivas cobertas em núcleos habitacionais, proporcionando maiores oportunidades à população da prática de diversos esportes;

Dar apoio às Associações de Moradores, às ONGs e a outros organismos, que tenham como objetivo a inclusão e promoção social através do esporte, promovendo parcerias e dando todo o suporte necessário para o desenvolvimento do projeto;

Incentivar a iniciação de esportes olímpicos no contraturno escolar, propiciando o envolvimento das crianças no ambiente esportivo que possa resultar, inclusive, na descoberta de novos talentos.

Eventos de Atividade Física, Esporte e Lazer

Manter o Projeto Verão para proporcionar à população atividades esportivas e de lazer durante o período de férias, tanto no Litoral do Paraná como em outras regiões do Estado, através de parcerias e patrocínios com a iniciativa pública e privada;

Realizar, em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, Prefeituras, as fases municipais, regionais e estaduais dos Jogos Escolares;

Realizar os Jogos da Terceira Idade do Paraná;

Apoiar os Jogos Universitários do Paraná;

Realizar, em parceria com as Prefeituras e Federações, as fases municipais, regionais e estaduais dos Jogos Abertos do Paraná e Jogos Abertos Paradespotivos;

Apoiar eventos esportivos e os Jogos Municipais e Regionais;

Apoiar a realização das corridas de rua em todo o Estado do Paraná;

Apoiar e facilitar a vinda de grandes eventos esportivos de alto rendimento, a fim de fomentar a prática das modalidades e o turismo.

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Relações com a Comunidade

A organização da sociedade civil, para atender demandas coletivas com o objetivo de alcançar mudanças sociais por meio do debate político num determinado contexto da sociedade, é a essência dos Movimentos Sociais. As entidades de reivindicação da casa própria, da habitação social, sindicatos e ONGs são exemplos desta organização de aspirações coletivas.

É importante que os gestores públicos estreitem os laços e mantenham diálogos com lideranças de movimentos sociais para a redução dos entraves políticos e a conquista dos avanços necessários. Os maiores pleitos dos movimentos sociais estão nas áreas de habitação, mobilidade, regularização fundiária e meio ambiente.

Propostas

Ações de Governo

Criar o Observatório para análises conjunturais dos diferentes segmentos sociais, fatos sociais, grupos de interação, entre outros fenômenos sociais, gerando assim, informações de setoriais e de conjuntura para orientação e encaminhamento aos setores específicos do governo;

Receber, avaliar e encaminhar propostas, planos e projetos inerentes à moradia e habitação, e igualdade;

Manter canais de diálogo e participação com as entidades e ONGs da área, acompanhando suas demandas.

Proteção Animal

Estima-se que no Paraná vivam, atualmente, 2.770.000 animais domésticos, sendo 47% domiciliados e 53% semidomiciliados e 1.468.100 de rua. Já foi criada, junto à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Rede Estadual de Direitos Animais, que funciona num sistema de discussão governamental do tema. É necessária a implantação da estrutura de fiscalização quanto à criação, comercialização e maus tratos aos animais, além de políticas públicas continuadas que atendam as demandas da causa animal.

Propostas

Reconhecer e certificar a figura Protetora Independente que pratique boas práticas de proteção animal e de acordo com as políticas públicas estaduais;

Valorizar Organizações da Sociedade Civil de Proteção Animal, priorizando suas demandas e necessidades, ampliando sua participação nas decisões;

Implantar uma Delegacia Eletrônica de Proteção Animal: o denunciante registra o boletim de ocorrência e o documento é enviado ao organismo competente de proteção no município;

Estabelecer políticas públicas de controle da população de cães e gatos, através de Programas Permanentes de Esterilização Cirúrgica. Campanhas em parcerias com as Prefeituras e as Organizações da Sociedade Civil.

INOVACÃO O SALTO PARA O FUTURO



PROPOSTAS



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Inovação

A Inovação é considerada o grande indutor de competitividade e do desenvolvimento econômico regional.

Os ecossistemas de inovação são uma opção estratégica de desenvolvimento, envolvendo uma indústria prioritariamente limpa: a indústria do conhecimento. Possuem uma alta capacidade de geração de renda, uma vez que a produção é de alto valor agregado, e têm elevada possibilidade de geração de empregos de alto nível. Comparados a outras opções de desenvolvimento, os ecossistemas de inovação exigem maior efetivo com curso superior, ou seja, garantem com empregos diretos, a permanência do jovem formado na sua região de origem. Regiões que tem optado pela implantação de ecossistemas de inovação, têm aumentado

significativamente sua capacidade de atração de empresas e investimentos. Pela criação de um ambiente dinâmico, gerador de riqueza e empregos, amplia-se a capacidade de atração e retenção de talentos.

Será intensificada a geração de conhecimento por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); fortalecido o sistema de inovação (governos, universidades e empresas); criado uma rede de serviços ágil e eficiente, inclusive com infraestrutura adequada e oferecidos programas de financiamento, como ocorre nos ecossistemas gerados por Itaipu, pelo Centro Tecnológico de Pato Branco e pelo Vale do Pinhão, em Curitiba.

Propostas

Redes de Competência e Inteligência

Criar uma plataforma tecnológica, nos moldes da Plataforma Lattes, para registro das redes de competência e inteligência do Estado do Paraná;

Incorporar nesta plataforma, o currículo dos mestres e doutores das Universidades Públicas e Privadas do Estado; das áreas de Ciência e Tecnologia; da Educação Básica; da Saúde; da Segurança Pública;

Fortalecer o capital social do Paraná, as sociedades civis, organizações sociais e instituições públicas.

Ecosistema de Inovação

Mapear e catalogar, numa plataforma digital, os ecossistemas regionais do Paraná registrando os ativos de cada mesorregião do Estado e suas características;

Fortalecer a governança dos ecossistemas integrados, envolvendo a Sociedade Civil Organizada;

Manter o projeto do Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos (Separtec);

Revisar o marco regulatório do Sistema Estadual de Inovação, com o estabelecimento de mecanismos financeiros de apoio aos negócios inovadores de todos os portes.

Banco de Projetos de Inovação

Definir projetos estratégicos de inovação, a partir das oportunidades e vocações regionais;

Estimular projetos 4.0: Agricultura, Indústria e Serviços;

Elaborar projetos dos polos regionais do Ecossistema Estadual de Inovação;

Estimular o desenvolvimento de startups, incubadoras e de aceleradoras de negócios inovadores, apoiando-os com recursos do Fundo Paraná;

Rever a regulamentação de abertura e operação de pequenas empresas inovadoras, de modo a posicionar o Paraná como o melhor Estado do Brasil para se empreender, do ponto de vista das regulamentações e burocracia.

Ciência e Tecnologia

As Políticas de Governo irão valorizar a vocação das Instituições de Ensino Superior e Institutos e promover a aproximação da estrutura do Estado com os Setores Produtivos, sendo o governo o mediador e facilitador das demandas e necessidades estratégicas para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Com a criação do novo “Marco Legal da CT&I” há a necessidade da discussão e adequação do Estado e a sua aplicação, assim como a reformulação do sistema de Incentivo ao Desenvolvimento, Inovação e Pesquisa, priorizando a eficiência, a modernização e a transparência para torná-lo mais acessível.

Propostas

Fundação Araucária

Promover a integração dos laboratórios multiusuários existentes às demandas de pesquisa e desenvolvimento do Paraná;

Promover o intercâmbio de professores e discentes visando o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas e sociais para o Paraná;

Fomentar a pesquisa aplicada pelo fortalecimento das Parcerias Público-Privada;

Incentivar e fortalecer a pesquisa básica e aplicada nos cursos de graduação, ensino técnico e médio;

Criar um portal para apresentar informações sobre projetos e orçamentos, visando garantir transparência da gestão de C&T.

Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Manter e aprimorar o desenvolvimento e produção de imunobiológicos, medicamentos biológicos e sintéticos;

Promover a integração, desenvolvimento e criação de laboratórios multiusuários para atender as demandas de pesquisa e trabalhos técnicos do setor produtivo e academia, juntamente com a Fundação Araucária, racionalizando assim o investimento público.

Fundo Paraná

Rever a estrutura e a aplicação do Fundo;

Definir as áreas prioritárias para investimento.

PARANÁ

EXEMPLO PARA

O BRASIL



Agricultura

O Paraná tem a sustentação da sua economia na agricultura gerando mais de 30% do Produto Interno Bruto do Estado, além de ocupar 840 mil pessoas. Lidera o ranking brasileiro na produção de feijão, trigo, cevada e amido de mandioca. Está entre os maiores produtores de soja, seda, milho e de cana-de-açúcar do país. Segundo maior produtor de grãos do Brasil, ultrapassa 40 milhões de toneladas ao ano, sendo as culturas de trigo, soja e milho as responsáveis pela maior parte deste volume. Na pecuária, é líder na produção de proteínas animais e exportação de frango.

No Paraná, 13% da população vive em áreas rurais, sendo a agropecuária sua fonte de renda. Coexistem, harmoniosamente, empresas multinacionais, cerealistas, grandes e pequenas cooperativas, pequenos e médios produtores rurais, todos atuando no apoio, fomento, assistência ou apenas no processo de comercialização da produção. Das dez maiores cooperativas do Brasil, seis são paranaenses, e todas recebem e processam aproximadamente 60% da produção de grãos, contribuindo substancialmente para a elevação do nível de qualidade dos produtos da agropecuária para atender o mercado consumidor.

Com as rápidas e intensas modificações, sobretudo tecnológicas, o Paraná precisa enfrentar o aumento da demanda por capacitação e realizar investimentos em pesquisa e inovação. E também os desafios para a manutenção das condições de produção, como conservação do solo e da água, adequação ambiental, busca de melhor qualidade dos alimentos e construção de uma infraestrutura logística mais eficiente.

Para o contínuo desenvolvimento das lavouras, inclusive o da hortiflorifruticultura, da pecuária e das florestas paranaenses, o Estado vai atuar de forma integrada com os diversos atores públicos e privados para maximizar e melhorar a execução de programas e projetos que levem em conta a capacidade produtiva regional, com vistas a gerar resultados que proporcionem renda e qualidade de vida.

Propostas

Ações para competitividade

Desenvolver política de apoio à agroindustrialização do Estado;

Consolidar a sanidade na agropecuária com atendimento aos requisitos da legislação nacional, internacional e exigências do mercado;

Priorizar ações de manejo do solo, proteção da água e da biodiversidade, das melhores práticas de sustentabilidade ambiental e na perpetuação da capacidade de produzir;

Definir recursos para melhorar a logística e infraestrutura;

Alcançar o reconhecimento internacional de área livre da febre aftosa sem vacinação, ampliar a biossegurança em avicultura e suinocultura, com regionalização, controle de zoonoses, e ainda simplificar registros e processos de inspeção.

Ações para os pequenos produtores e aqueles em processo de exclusão

Apoiar a implantação de casas de preparo em grupos de vizinhança e agroindustrialização familiar para a agregação de valor e aumento da renda;

Apoiar o associativismo e cooperativismo com linha de financiamento específica na Fomento Paraná, para apoiar as micro e pequenas cooperativas e associações de produtores;

Regular a inspeção sanitária para os empreendimentos agroindustriais familiares, que contemple suas características próprias e as melhores práticas sanitárias;

Impulsionar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o programa Leite das Crianças, priorizando os produtos provenientes da agricultura familiar e produzidos na região;

Ampliar o programa de abastecimento, interligando produtores e consumidores por meios físicos e virtuais.

Ações de apoio institucional

Ampliar o número de propriedades com sistemas de produção orgânica e fortalecer os processos de certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos;

Apoiar o desenvolvimento de inovações por meio de startups voltadas ao mundo agro;

Apoiar ações de conservação nas principais microbacias do Estado;

Intensificar a regularização de propriedades rurais;

Transformar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná em Pinhais, antigo Parque Castelo Branco, em uma escola de agroecologia, agricultura 4.0 e de inclusão digital;

Agilizar a concessão das licenças necessárias para a implantação dos terminais de exportação nas regiões de Ponta Grossa/Castro e Guarapuava.

Ações de apoio estratégico ao meio rural e à agropecuária

Ratinho Junior assumirá, pessoalmente, a liderança e articulação das demandas do setor rural, junto ao Governo Federal, principalmente no que se refere à participação na definição da política agrícola, a exemplo do Plano Safra e da importação de produtos que concorrem com produção paranaense, como nos casos do leite e do trigo.

Comércio e Serviços

O comércio de bens e serviços é o principal segmento da economia do Paraná, correspondente a 52,2% do PIB. Congrega a grande maioria das empresas (76,8%) e gera a maior parte dos empregos formais (55,2%). Cerca de 98% das empresas do comércio e serviço são micro e pequenas.

Tornar mais fácil fazer negócios no Paraná nos tornará muito mais competitivos.

Propostas

Gestão Estratégica

Promover e divulgar o Paraná como destino competitivo para investimentos nacionais e estrangeiros, com participação em feiras e eventos de negócios no Brasil e Exterior;

Implementar ações para disseminar a cultura de registro de patentes, de marcas, produtos e tecnologias, de forma a manter a propriedade intelectual do conhecimento produzido no Paraná, em nossas instituições e empresas.

Simplificação e Desburocratização

Racionalizar os processos administrativos, tais como, vistoria do corpo de bombeiros, emissão de licenças ambientais, registro na junta comercial para abertura de empresas de baixo risco, como incentivo à formalização;

Apoiar o programa Redesimples que facilita a abertura, alteração e encerramento de atividades econômicas;

Simplificar a legislação do ICMS, facilitando o entendimento, pagamento e fiscalização da arrecadação de tributos;

Monitorar, continuamente, as alíquotas de ICMS e a aplicação da substituição tributária, para manter o Paraná competitivo;

Modernizar o modelo de fiscalização das empresas, tornando-a mais orientadora do que punitiva, dando mais tranquilidade ao empreendedor para o exercício de suas atividades.

Tratar diferenciadamente as startups, facilitando o lançamento no mercado de empresas e produtos inovadores;

Modernizar o modelo de fiscalização das empresas, tornando-a mais orientadora do que punitiva, dando mais tranquilidade ao empreendedor para o exercício de suas atividades.

Desenvolvimento Local e Regional

Criar programa para estruturação de cadeias produtivas regionais, com registro de identificação geográfica de produtos agrícolas in natura, artesanais e industrializados.

Parcerias

Implantar programas de certificação de qualidade para fortalecer as marcas das empresas do Paraná no mercado regional e nacional.

Indústria

O governo, no que compete à esfera estadual, dará prioridade à modernização da política tributária e a redução da burocracia e da complexidade dos processos que envolvem o recolhimento e a fiscalização dos tributos, no intuito de estabelecer um ambiente de negócios atraente para novos investimentos e ampliação do parque industrial instalado.

Além disso, o governo apoiará os negócios baseados na economia digital, impulsionando a transformação digital e a reconversão tecnológica das empresas para o modelo de produção baseado na Indústria 4.0; economia exponencial, estimulando startups e negócios inovadores; economia verde, fomentando negócios que busquem valorar os ativos ambientais e negócios emergentes de alta tecnologia, impulsionando investimentos em nanotecnologia e biotecnologia.

Propostas

Tributação

Modernizar a política tributária reduzindo a burocracia e a complexidade envolvida no recolhimento para promover a competitividade industrial.

Inovação

Elaborar plano estadual de inovação com participação do setor empresarial, priorizando as especificidades regionais e setoriais, capitais de alto conteúdo tecnológico, mecanismos de estímulo ao empreendedorismo inovador de base tecnológica (startups) e linhas de financiamento;

Fomentar a ampliação dos recursos destinados à inovação;

Apoiar redes de instituições públicas e privadas no compartilhamento de ativos com foco em pesquisa aplicada para inovação;

Apoiar o desenvolvimento de negócios baseados na transformação digital, Indústria 4.0, nanotecnologia e biotecnologia.

Segurança Jurídica e Burocracia

Reduzir tempo de abertura e fechamento de empresas;

Reduzir tempo para concessão de licenças de qualquer natureza;

Meio Ambiente

Facilitar o desenvolvimento do setor industrial com adequação das regras e agilidade nos licenciamentos ambientais.

Infraestrutura

É notório que a dependência do modal rodoviário é um grande entrave para o crescimento econômico do Paraná e do Brasil. Cabe ao governo do Estado ser o indutor de uma mudança com a implantação e aprimoramento de outros modais para atender a necessidade do cidadão e do setor produtivo. É uma proposta de longo prazo, pois são necessários minuciosos projetos que definam os melhores traçados e tecnologias, licenciamentos complexos e grandes investimentos.

Ratinho Junior se propõe a dar início a este trabalho, com a reavaliação e reestruturação, melhorias e expansão dos diversos modais da malha logística estadual, com o objetivo de reduzir custos operacionais do transporte e facilitar o escoamento da produção, para que o estado ganhe competitividade. Para tanto, será elaborado um Plano Diretor de Infraestrutura com contribuições de especialistas dos diversos setores da sociedade e articulado com o Governo Federal.

Propostas

Logística

Modal Rodoviário – Malha Rodoviária

Negociar com a União a renovação do convênio de delegação das rodovias federais do anel de integração;

Definir novo modelo de concessão para o Anel de Integração e outras rodovias, e elaborar estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira para a concessão de novos trechos, priorizando a redução tarifária, duplicações e aumento de capacidade, desde o início do contrato;

Realizar estudos e projetos para viabilizar a manutenção, expansão e o desenvolvimento da malha rodoviária, observando o conceito de ampliação de capacidade mediante estudos técnicos;

Implantar sistemas inteligentes para estudos de tráfego e movimentação de cargas e passageiros, visando a segurança dos usuários;

Dar continuidade aos programas de infraestrutura em andamento para reabilitação, melhorias, conservação e implantação de novos trechos de rodovias;

Realizar estudo de viabilidade do programa estratégico de infraestrutura;

Criar um programa permanente de monitoramento de capacidade de pontes e viadutos, possibilitando reavaliação e reestruturação;

Melhorar as principais rodovias municipais, integrando-os à malha rodoviária estadual e federal;

Criar um programa de segurança e redução de acidentes nas estradas;

Duplicações prioritárias

Maringá – Iporã; Barracão – BR 153; Londrina – Mauá da Serra; Mauá da Serra – Pitanga; Pontal do Paraná – Matinhos e Jaguariaíva – Andirá.

Ampliação prioritária de capacidade (terceiras faixas)

Toledo – PR 323; Campo Mourão – Guarapuava; Guarapuava – General Carneiro; Porto Capim – Rolândia; Santo Inácio – Maringá; Jandaia do Sul – Ivaiporã e Capanema – BR 158.

Contornos prioritários das cidades

2º anel viário de Curitiba: Campo Largo – Fazenda Rio Grande; Contorno Norte de Curitiba: BR 277 – BR 116; Castro; Marechal Cândido Rondon; Contorno Norte de Londrina, Cascavel e Campo Mourão.

Modal Ferroviário

Definir o traçado, projeto básico, elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, o projeto executivo e o modelo de concessão da Ferrovia Corredor de Exportação Oeste – Leste (Dourados-MS – Guaíra – Cascavel – Guarapuava – Paranaguá – Pontal do Paraná);

Elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do trecho Cascavel – Foz do Iguaçu;

Aprimorar o acesso ferroviário ao Porto de Paranaguá.

Modal Aeroviário

Avaliar a necessidade de intervenções técnicas nos aeroportos regionais e municipais;

Elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para a implantação do Aeroporto Regional do Oeste;

Rever a tributação atual de ICMS do combustível de aviação e criar um programa de redução progressiva de impostos para incentivar companhias aéreas que destinarem voos para outros aeroportos além de São José dos Pinhais, Londrina, Foz do Iguaçu e Maringá;

Promover gestões, junto ao governo federal, para as melhorias necessárias nos aeroportos administrados pela INFRAERO conforme o programa estabelecido pela ANAC: em São José dos Pinhais a terceira pista; em Londrina, a ampliação da pista e a instalação de sistemas de aproximação ILS I ou II e; em Foz do Iguaçu, a ampliação do terminal de passageiros, da pista e melhorias do sistema de aproximação.

Hidrovias

Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira para concessão de um terminal hidrorodoferroviário em Guaíra, para atrair cargas do Centro Oeste e Paraguai;

Melhorar os acessos e travessias hidroviárias por balsas no Paraná.

Portos

Promover melhoria contínua dos sistemas atuais de automação de processos e ganhos de produtividade;

Implantar, mediante diretrizes do Governo do Estado, critérios rígidos de governança corporativa e compliance;

Manter e aprimorar o plano de dragagem de canais, berços e bacias de manobras (APPA);

Obter a homologação de dragagem de aprofundamento junto ao Governo Federal;

Executar o derrocamento da Pedra da Palangana (APPA);

Contratar o Projeto de Dragagem de Aprofundamento II e o licenciamento ambiental II do canal da Galheta (APPA);

Implantar o Sistema de Sensoriamento Marítimo de auxílio à segurança de navegação (APPA);

Promover a manutenção continuada de Sinalização Náutica, Balizamento e Serviços de Segurança a Navegação (APPA);

Modernizar a infraestrutura de Acostagem (APPA) com destaque da execução do Pier em “L” e a ampliação do terminal de granéis de líquidos;

Melhorar a infraestrutura terrestre no Porto e nas vias de acesso urbano e de circulação portuária;

Melhorar a infraestrutura do Pátio de Caminhões, Pátio de Triagem Principal e caminhões (APPA).

Intermodais de Transporte

Realizar estudo de viabilidade técnica econômica e financeira para definição dos pontos estratégicos para integração de todos os modais de transporte para potencializar os investimentos públicos e as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Banco de Projetos

Implantar um fundo rotativo para elaboração de estudos e projetos para obras estruturantes nas áreas de infraestrutura e logística.

Energia

Matriz Energética

Desenvolver matriz energética ampliando a participação das várias fontes renováveis de Energia para assegurar fornecimento, com baixo impacto socioambiental, inclusive com Geração Distribuída (GD) e Microgrids;

Micro e minigeração distribuída

Avaliar a possibilidade de incentivo de ICMS para os consumidores que optarem por projetos de micro e minigeração distribuída, como resultado da adesão ao Convênio Confaz;

Desenvolver campanhas de sensibilização ambiental relacionadas aos benefícios da Geração Distribuída (GD).

Cadeia Produtiva

Estimular e valorizar a cadeia produtiva dos fornecedores.

Linhas de Crédito

Buscar parcerias para obtenção de linhas de crédito com Bancos Públicos e Privados, viabilizando investimentos em Geração Distribuída.

IPTU Ecológico

Atuar, junto aos Municípios, para a criação do IPTU Ecológico, visando a concessão de descontos aos consumidores que utilizarem a Geração Distribuída.

Auto declaração

Desenvolver mecanismo que autorize, mediante o preenchimento dos requisitos, procedimentos integrados e simplificados (auto declaração) de concessão de licença ambiental para energia renovável.

Eficiência Energética

Estimular a efficientização energética na indústria, comércio, agricultura, prédios públicos.

Programa Espaços Públicos

Criar programa de Eficiência Energética dirigido a equipamentos públicos (campos e quadras esportivas, praças e parques).

Biocombustível

Ampliar a participação do biocombustível (biodiesel, biogás) na matriz energética nos setores de transporte e agronegócio.

Iluminação Pública

Criar programa de suporte aos municípios para ampliação e modernização dos sistemas de iluminação pública eficiente, inclusive norteando a formação de consórcios intermunicipais.

Copel Serviços

Utilizar a Copel Serviços como alternativa à exploração de iluminação pública;

Usar verba do Programa de Eficiência Energética da Copel e concessionárias do Estado do Paraná, para troca de tecnologia.

Dutovias

Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e financeira para concessão de polidutos em faixas de domínio que atinjam os grandes centros consumidores do interior Paraná.

Polo Alcoolquímico

Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e financeira para instalação de um polo alcoolquímico privado, na região noroeste do Paraná.

Saneamento

Apoiar os Municípios na ampliação das redes de distribuição de água tratada e coletoras de esgoto;

Apoiar os Municípios na ampliação da oferta de água tratada nas áreas rurais.

Tarifa

Revisar a estrutura tarifária;

Definir tarifa que beneficie os consumidores de baixo consumo;

Promover ganhos de eficiência para redução das tarifas;

Ampliar a abrangência do programa da tarifa social.

Resíduos Sólidos

Viabilizar a oferta do serviço de destinação de resíduos sólidos para a redução da tarifa média do saneamento;

Apoiar os municípios na destinação dos resíduos sólidos;

Fomentar a criação de consórcios entre os municípios com gestão compartilhada;

Contribuir para a valorização do profissional de reciclagem;

Promover a economia circular.

Plano Municipal de Saneamento

Apoiar os municípios na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Desenvolvimento Urbano

Atualmente, devido às características de grande parte das cidades e metrópoles brasileiras é um desafio fazer planejamento urbano. Com as recentes leis urbanas e metropolitanas associadas às ações de alguns gestores públicos, podemos observar que mudar esta realidade e corrigir os problemas surgidos ao longo do tempo, deve ser uma tarefa contínua.

Propostas

Implantar o Programa Paraná Urbano III, de forma a reforçar o sistema de financiamento aos municípios e procurar outros financiamentos internacionais com o mesmo propósito;

Implantar um programa estadual de apoio aos municípios para manutenção e conservação das estradas rurais principais, auxiliando no escoamento da produção rural;

Dar suporte às associações de municípios, para a elaboração de projetos de infraestrutura urbana;

Atuar, junto aos municípios, para aplicação do Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole nas regiões metropolitanas, de modo a garantir à população a convivência em cidades e metrópoles.

Regiões Metropolitanas

O crescimento das cidades acelerou de forma muito rápida e desordenada, surgindo aglomerações urbanas, que envolvem mais de um município. Os municípios integrantes destas áreas possuem o dever de planejar e desempenhar funções comuns, como saneamento, transporte, meio ambiente, entre outras, as quais demandam a instituição de Governanças Interfederativas, a fim de obter melhores resultados na gestão.

Propostas

Analisar tecnicamente os arranjos territoriais, tornar eficiente a aplicação do Estatuto da Metrópole, identificar quais entes federados realmente dividem funções públicas comuns a seus núcleos urbanos consolidados, otimizando assim, as ações que buscam reverter as mazelas metropolitanas e potencializar suas vocações regionais;

Auxiliar os municípios na elaboração e aplicação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados e na implantação de suas Governanças Interfederativas nas regiões metropolitanas.

Região Metropolitana de Curitiba

Considerada a segunda região metropolitana mais extensa do país e oitava mais populosa, com 3.223.836 habitantes, atualmente a Região Metropolitana de Curitiba comporta, aproximadamente, 30% da população do Paraná.

Com sua localização estratégica no Estado, associada à sua infraestrutura, ela está inserida em uma posição competitiva e privilegiada integrando produtores e consumidores, funcionando como polo atrativo ao desenvolvimento econômico.

Propostas

Revisar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado;

Atuar, junto aos municípios, para adequar seus Planos Diretores ao novo Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Saneamento

Implantar novas unidades com maior capacidade de tratamento de resíduos recicláveis secos;

Implantar novas unidades de biodigestão, compostagem natural e acelerada de resíduos orgânicos, otimizar a disposição final de rejeitos por meio do apoio aos municípios para a melhoria das unidades de triagem e transbordo, e assim, aumentar a vida útil dos aterros sanitários;

Concluir as obras para a captação de água do Rio Miringuava, em São José dos Pinhais, e também desenvolver estudos para buscar outros mananciais que serão explorados a partir de então;

Apoiar os municípios na ampliação das redes coletoras de esgoto e seu respectivo tratamento;

Apoiar os municípios na melhoria e ampliação de suas redes de drenagem urbana, bacias de contenção de cheias, quando for o caso, e na implantação de programas de despoluição, desassoreamento e recuperação de mata ciliar ao longo de seus principais rios, por meio de financiamento e suporte no desenvolvimento destes projetos.

Meio Ambiente

Implantar unidades de conservação urbanas, dentro da disponibilidade orçamentária, as quais deverão ser demarcadas, sinalizadas, protegidas e dotadas de infraestrutura, buscando-se parcerias com ONGs e empresas privadas para sua gestão e conservação;

Incentivar os municípios e apoiá-los na elaboração e implantação dos Planos Municipais de Arborização Urbana, no manejo adequado da vegetação, para priorizar a utilização de espécies nativas apropriadas;

Dar suporte aos municípios na utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade, utilizando operações urbanas consorciadas e, também, a outorga onerosa do direito de construir, para recuperar áreas degradadas, viabilizar habitações de interesse social e regularizações fundiárias.

Sistema Viário

Terminar a implantação do trecho norte do contorno rodoviário metropolitano até Campina Grande do Sul, e melhorias nas marginais do Contorno Sul;

Atuar, junto aos municípios, para viabilizar o término das obras de implantação do Eixo Viário Metropolitano Leste (Intercidades), entre Colombo e São José dos Pinhais, e que será ampliado até Fazenda Rio Grande e Araucária;

Atuar, junto aos municípios, para implantar o trecho sul do segundo contorno rodoviário metropolitano para conectar Araucária à Fazenda Rio Grande e

Indústria

Incentivar o desenvolvimento e a instalação de indústrias de fabricação de equipamentos do segmento energético renovável, tais como biodigestor, solar, fotovoltaico, eólico, geotermal e de marés, fomentando quando possível, o desenvolvimento desta cadeia energética no Estado;

Incentivar o desenvolvimento e a instalação de indústrias de fabricação de equipamentos e veículos do segmento de transporte, que utilizem fontes de energia renovável, tais como veículos elétricos e de fontes alternativas de combustíveis, para fomentar quando possível, o desenvolvimento da cadeia em todo o Estado;

Incentivar o desenvolvimento e a instalação de indústrias de fabricação de equipamentos e materiais para a construção civil, do setor sustentável, para fomentar quando possível, o desenvolvimento da cadeia que envolve o segmento por todo o Paraná.

Meio Ambiente

A dimensão e a complexidade do tema ambiental destaca a necessidade de desenvolver paradigmas inovadores e sustentáveis, de modo a promover o Paraná como um Estado de referência em inovação ambiental e Desenvolvimento Sustentável, onde se faz a exploração racional dos recursos naturais.

É possível proteger o meio ambiente, combater a poluição e o desmatamento, preservar e conservar a biodiversidade e, ao mesmo tempo, apoiar o sistema produtivo para o desenvolvimento socioeconômico, mantendo o meio ambiente equilibrado e saudável para as futuras gerações.

O desafio está em estruturar políticas públicas fundamentadas em responsabilidades integradas e compartilhadas entre as esferas públicas de governo federal, estadual e municipal, considerando a participação de iniciativas privadas.

Propostas

Estrutura Organizacional

Articular uma rede de pesquisas em parceria com universidades, para colocar o conhecimento como apoio ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente.

Educação Ambiental

Reestruturar a metodologia e a estrutura de gestão do Programa Parque Escola nas Unidades de Conservação Estaduais;

Desenvolver campanhas e materiais digitais didáticos e pedagógicos de Educação Ambiental.

Resíduos Sólidos

Implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Paraná, estabelecendo o Programa Estadual de Resíduos Sólidos - Paraná Sem Lixões, encerrando os lixões e vazadouros, estabelecendo como regra a Coleta Seletiva em todos os municípios, pactuando a logística reversa;

Incentivar a Economia Circular – conceito baseado na inteligência da natureza, no processo circular, onde os resíduos são insumos para a produção de novos produtos;

Promover política integrada entre secretarias do estado, municípios e empresas estatais de gestão de Resíduos Sólidos;

Desenvolver políticas públicas para implementar nos municípios projetos de coleta comunitária, compra do lixo nas comunidades carentes, onde ele constitui fator de risco, cooperativas de catadores e programas de separação e coleta seletiva para a reciclagem;

Propor a substituição de lixões e vazadouros a céu aberto por aterros sanitários ambientalmente conformados com reflorestamento, disposição adequada do chorume e captação de gás metano;

Incentivar projetos que tratem do reaproveitamento de gases emitidos pelos aterros sanitários para a geração de biogás;

Apoiar e incentivar a formação de Consórcios Intermunicipais para a destinação final de resíduos.

Biodiversidade

Conservar os remanescentes de vegetação nativa (florestais) para a garantia da manutenção da biodiversidade regional, assim como na manutenção de suas Unidades de Conservação;

Implantar Plano de Manejo e gestão adequada nas Unidades de Conservação do Estado;

Ampliar a fiscalização contra o tráfico e comércio ilegal, e implantar mecanismo de proteção aos Animais Silvestres;

Ampliar a defesa da fauna marinha e combate à pesca predatória;

Incentivar o programa de repovoamento de peixes nos rios do Estado.

Recursos Hídricos

Acompanhar e atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e apoiar o desenvolvimento e atualização dos Planos Municipais;

Fortalecer os comitês das Bacias Hidrográficas;

Fortalecer e atualizar os programas em parcerias com as secretarias estaduais, o terceiro setor, empresas estatais e privadas sobre nascentes, mata ciliar, gestão da qualidade da água, avaliação e monitoramento;

Estudar novas propostas para o fortalecimento e prática do ICMS Ecológico.

Controle Ambiental

Ampliar o uso da tecnologia, firmar convênios com conselhos profissionais e realizar parcerias com instituições de ensino e tecnologia a fim de fortalecer o controle ambiental das atividades existentes em todo o Estado.

Trabalho

Compete à administração pública, criar condições favoráveis para a geração de postos de trabalho.

Observa-se a necessidade de se enfrentar o desafio do aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas aos trabalhadores.

Propostas

Agências do Trabalhador

Reavaliar os critérios de funcionamento dos Escritórios Regionais das Agências do Trabalhador;

Ampliar as formas de atendimento aos trabalhadores e empresários, utilizando-se das novas tecnologias;

Fortalecer os Conselhos Municipais do Trabalho.

Controle Social

Implantar ferramentas de avaliação da satisfação dos usuários e divulgar os canais de ouvidoria do Estado já existentes para ampliar as formas de controle social e transparência do Sistema Público de Emprego, aproximando o governo do cidadão.

Capacitação

Constituir uma rede estadual de entidades públicas que possam oferecer capacitação profissional complementar aos trabalhadores;

Preparar trabalhadores com o foco na demanda de cada região.

Empreendedorismo

Estimular e apoiar o empreendedorismo, com o apoio à formalização do Microempreendedor Individual (MEI).

Banco de Dados

Estruturar o Observatório do Trabalho, com o propósito de divulgar e disseminar as tendências de evolução das ocupações e setores, para que as instituições que formam profissionais possam obter informações para ajustar seus cursos às demandas do mercado.

TRANSPARÊNCIA

NOSSA MARCA



Turismo

A cadeia do turismo movimenta diversos setores da economia, gera empregos e tributos. Promove melhoria da qualidade de vida, valorização da herança cultural e preservação do patrimônio histórico, bem como, a utilização mais racional dos espaços e valorização do convívio direto com a natureza. Estima-se que a cadeia do turismo responda por cerca de 5% do PIB do Paraná.

Diante desses benefícios e da importância estratégica do setor para alavancar desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, pretende-se implantar medidas e ações fundamentais para viabilização da melhoria da oferta turística paranaense, a criação de novos produtos turísticos, assim como a promoção e difusão do Estado como destino desejado por turistas e viajantes.

Propostas

Políticas Públicas

Criar de um Fundo Estadual de Promoção Turística no Paraná, com recursos oriundos de percentual obtido pela concessão dos parques estaduais, de áreas a serem concessionadas, de concessionárias de rodovias e empresas do setor; parcela de royalties devidos pela exploração de energia no Estado, doações de pessoas jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiros, dentre outras;

Definir políticas públicas tributárias para desoneração do setor e incentivar novos investimentos;

Fomentar a Gestão Participativa através de Conselhos Consultivos e Deliberativos com forte participação do trade do turismo paranaense nas decisões;

Fortalecer o Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR);

Atualizar e implantar o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), já aprovado junto ao Ministério do Turismo;

Criar e aplicar as normas que levem a processos de certificação de qualidade das atividades turísticas.

Infraestrutura

Apoiar projetos de infraestrutura para o Turismo, priorizando a execução de obras para melhoria de acesso aos destinos e atrativos turísticos do Estado;

Promover parcerias com a iniciativa privada para manutenção de estruturas de atendimento ao turista.

Economia do Turismo

Reativar o Observatório do Turismo para viabilizar o retorno das pesquisas de demanda turística, quantitativa e qualitativa em parceria com estruturas existentes na Fecomércio, FIEP, UFPR, e outras;

Incentivar a inovação e qualificação dos equipamentos e serviços turísticos.

Promoção do Turismo

Promover a imagem do Estado do Paraná como destino de turismo, em âmbito regional, nacional e internacional;

Fortalecer a promoção de roteiros e destino regionais, valorizando e promovendo a cultura e as festas regionais do Paraná;

Atrair grandes eventos para o Paraná (esportivos, culturais e de negócios).

Turismo em Áreas Naturais

Viabilizar a concessão das Unidades de Conservação do Estado, para estimular o aproveitamento do turismo como instrumento para conservação ambiental nos parques estaduais;

Promover e estimular o turismo náutico nas represas;

Criar roteiros de inverno nas regiões centro e sul do estado;

Diversificar a oferta turística do Estado através do incentivo às atividades náuticas de lazer e turismo, bem como a pesca desportiva nas áreas litorâneas, rios e reservatórios, gerando novas fontes de receitas aos municípios;

Viabilizar a simplificação do licenciamento ambiental de infraestrutura náutica para uso dos recursos naturais;

Viabilizar a concessão da Ilha das Cobras para grupo ou consórcio empresarial que venha a operar o espaço como âncora em projeto de desenvolvimento do turismo no litoral.

Segmentos turísticos

Fortalecer o Turismo Religioso através de projetos em municípios com vocação para o segmento;

Fortalecer a gastronomia paranaense através dos processos de Indicações Geográficas nas quais produtores regionais terão a oportunidade de crescer como empreendedores.

A um líder paranaense

Dia desses me perguntaram sobre as características que busco em um governador. Começo a pensar nisso e lembro-me de tudo o que tem acontecido no país nestes últimos anos. A quantidade de brasileiros que se manifestaram empunhando diversas bandeiras e desejos de mudança, em todos os setores da sociedade. O Brasil mudou, e vamos ter uma noção do país que se projeta já nas próximas eleições.

Felizmente, a apatia da maior parte dos brasileiros chegou ao fim e nos demos conta de que nós devemos construir o país que queremos. Agora, no momento em que muitos bradam contra a corrupção e o oportunismo (e não há como discordar desse coro), precisamos escolher, dentre outros cargos, a pessoa que vai governar o nosso Estado nos próximos quatro anos.

A corrupção – em todas as suas variações – foi uma das palavras mais ouvidas dos últimos anos. Porém, quando busco as palavras que podem guiar meu pensamento sobre o representante que desejo, palavras fortes e positivas me vem à mente. Uma delas é a empatia. Quando há empatia, não há espaço para corrupção.

O dicionário define a palavra empatia como a “habilidade de imaginar-se no lugar de outra pessoa”. É fato que o Paraná é um estado rico e complexo, e não é possível governá-lo só com boa vontade. Porém, mais do que um simples gestor, nesse momento de turbulência e incertezas, precisamos de um líder. E o líder não apenas administra, ele também inspira.

Para ser fonte de inspiração é preciso estar perto, conhecer as necessidades de cada grupo de pessoas, conhecer os desejos e sonhos da população e mais, saber sobre coisas que as pessoas precisam e nem se dão conta. Esse é o líder que eu quero. Alguém que sabe que o baixo orçamento para algumas áreas é um desafio e não uma desculpa. Se não é possível fazer tudo, é preciso fazer algo.

As grandes promessas são desnecessárias. A maior parte das pessoas sabe da situação econômica do país. O líder não promete o impossível, ele aponta o que é possível e trabalha por isso.

Transparência também é uma boa palavra, ela demonstra que o governador não subestima o conhecimento daqueles a quem busca liderar. Talvez, não seja possível mudar tudo, mas ainda que as mudanças pareçam pequenas agora, aos poucos o futuro chega. Acredito que o que falta para a maior parte dos representantes eleitos no Brasil é compromisso. E quando digo isso, vou além do compromisso com as propostas e com aqueles que o elegeram. O governador eleito não governa apenas para os que o escolheram. Ele lidera um Estado inteiro.

E este é o grande desafio: um governo feito para todos. Se a indústria e o setor agrário precisam ser fortalecidos para aquecer a economia, os profissionais liberais, os trabalhadores e os pequenos produtores precisam de incentivo. Se as medidas de segurança pública são urgentes, os professores e alunos das escolas públicas precisam ter a oportunidade de, por meio da educação, construir o futuro que queremos. Ainda que exista a necessidade de responsabilidade fiscal, o acesso à saúde é um direito de todos.

O desafio não é pequeno. Mais do que um representante que faça um bom governo em quatro anos, o que quero é um líder que deixe um legado para o futuro, o início do que podemos ser – e podemos ser muito.

O que busco em um governador? Não creio que o que eu desejo seja diferente do que querem todos os paranaenses. Porque no final das contas, quando olhamos para as demandas pessoais com as quais temos que lidar todos os dias, o nosso desejo se resume em uma única palavra: esperança.

(Carta de um jovem dirigida a Carlos Massa Ratinho Junior)

Mais que um plano de governo, um projeto de futuro

Novas oportunidades, nova visão política, novo jeito de trabalhar, novas tecnologias, novos modelos de gestão, novas ferramentas. É assim que se faz um governo verdadeiramente inovador. E é assim que faremos um novo Paraná.

Um Paraná que orgulha seu povo é um Paraná em que o governo assume o seu protagonismo transformador, que levanta a bandeira da coletividade, que respeita o dinheiro público e, principalmente, que oferece serviços de qualidade aos seus cidadãos. Para isso, saúde, educação, segurança, infraestrutura e inovação serão os nossos eixos de governo. São os alicerces em que acreditamos para um Paraná mais forte, competitivo, justo e feliz.

Esse é o governo que vai fazer a diferença e vai virar referência para o Brasil. E para fazer a diferença é preciso fazer diferente. Então, faremos diferente na gestão, planejando a longo prazo, facilitando a vida de quem quer empreender, apoiando quem quer crescer. Acreditamos que um governo só é bom quando vira motor de crescimento. Quando descomplica. Quando desburocratiza. Quando trabalha para as pessoas e não para o interesse de poucos.

E para trabalhar para as pessoas é preciso estar ao lado delas. Essa será mais uma marca desse governo: o diálogo. Afinal, construímos esse plano ouvindo todo o Estado e seguiremos assim. Porque só lado a lado com o povo é possível criar políticas públicas realmente eficientes. Só ouvindo as pessoas é possível estabelecer políticas sustentáveis. Só com as pessoas ao nosso lado é possível mudar a cultura e fazer uma transformação política, econômica e social profunda.

Sabemos também, que essa mudança precisa acontecer de dentro para fora. Se o governo pretende ser um vetor de transformação, ele mesmo precisa começar dando o exemplo. Como? Revendo e cortando os privilégios, abusos e regalias públicas. Porque acreditamos que o dinheiro público é do povo, é para fazer política pública e não para atender quem está no poder. Não é justo usá-lo de outra forma. Esse será o maior marco, compromisso e exemplo dessa gestão: dinheiro público servindo ao cidadão. Sem exceções.

Sim, estamos propondo uma nova visão de Estado. Um Estado que trabalha para todos, sem excluídos nem privilegiados. Um Estado moderno. Um Estado que respeita os funcionários públicos, que valoriza seus professores, que dá condições dignas de trabalho, que cuida do presente e investe no futuro.

Queremos construir um Estado forte, que caminha de mãos dadas com políticas sérias e transparentes de parcerias. Vamos cortar os excessos, rever os processos e eliminar os atrasos. O Estado tem de funcionar como uma engrenagem perfeita, sem desperdícios nem prejuízos.

Conhecemos o mercado, a situação do Estado, as previsões e as dificuldades. Sabemos onde estamos pisando. Criamos esse plano sem fantasias, mas com objetivos possíveis. Sem megalomanias, mas com metas ousadas. Sem achismos, mas com pesquisas, cálculos, projeções e seriedade. Tudo que você acaba de ler é possível. É como projetamos um novo Paraná. É como construiremos uma nova história. Porque chegou a hora de inovar, de crescer, de investir, de acreditar. Chegou a hora de mudar, Paraná.

Índice

PENSAR ESTRATEGICAMENTE AGIR DEMOCRATICAMENTE.....	5
Introdução.....	6
Visão Estratégica.....	20
A hora de mudar.....	39
 CENÁRIOS ATUAIS E PROJEÇÕES: O DESAFIO.....	 40
O impacto da crise.....	41
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	41
Demografia.....	42
Emprego.....	42
Habitação.....	43
Educação.....	43
Saúde.....	44
Economia.....	45
Social.....	45
 PROPOSTAS	
GESTÃO.....	47
Gestão de Governo.....	48
Restruturação Organizacional do Estado.....	49
Desburocratização.....	50
Desestatização das estruturas não estratégicas.....	50
Governo Digital.....	51
Inovação e Gestão Pública.....	52
Servidor Público.....	53
Agência Reguladora.....	54
Consórcios Públicos.....	54
Parcerias entre o Estado e a Sociedade.....	55
Desenvolvimento Regional.....	55
Revisão Tributária.....	62
Incentivos Tributários.....	57
Equilíbrio Fiscal.....	57
Estatais.....	58
Patrimônio do Estado.....	59

DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	61
Educação Básica.....	62
Educação Superior.....	70
Saúde.....	72
Segurança Pública.....	84
Assistência Social.....	92
Crianças.....	96
Mulheres.....	100
Idosos.....	104
Habitação.....	110
Cultura.....	112
Esportes.....	116
Relações com a Comunidade.....	120
Proteção Animal.....	122
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	125
Inovação.....	126
Ciência e Tecnologia.....	130
Agricultura.....	134
Comércio e Serviços.....	138
Indústria.....	142
Infraestrutura.....	144
Desenvolvimento Urbano.....	154
Meio Ambiente.....	160
Trabalho.....	164
Turismo.....	168
MAIS QUE UM PLANO DE GOVERNO, UM PROJETO DE FUTURO.....	174

Foto: ISTOCK / Ziviani

CHEGOU A
HORA
DE MUDAR,
Paraná

CARLOS MASSA
RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR VICE: DARCI PIANA